

PEDRO SISNANDO LEITE
ORGANIZADOR

OS GESTORES DA AGRICULTURA CEARENSE



2ª EDIÇÃO
FORTALEZA - CEARÁ - 2021



Pedro Sisnando Leite

Economista, formado pela Universidade Federal do Ceará, com pós-graduação em economia rural e planejamento regional em Israel. Foi técnico em desenvolvimento econômico do Banco do Nordeste do Brasil e, durante muitos anos, chefe da Divisão de Estudos Agrícolas desse Banco. Lecionou, como professor adjunto e titular de desenvolvimento econômico, nos cursos de graduação e de mestrado em Teoria Econômica (CAEN) e de Economia Rural da Universidade Federal do Ceará. Na administração universitária foi Pró-Reitor de Planejamento em duas gestões, nos períodos de 1983-87 e 1991-95. Dedicou grande parte de sua vida acadêmica e profissional estudando experiências de desenvolvimento econômico em países desenvolvidos e emergentes,

visitando mais de vinte nações com esse objetivo. Publicou vinte estudos e livros didáticos sobre problemas do desenvolvimento econômico planejamento e desenvolvimento regional. Tem contribuído com muitos artigos e ensaios para jornais e revistas. Pertence, como membro efetivo, da Academia Cearense de Ciências, da Academia de Ciências Sociais do Ceará e do Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará. Foi vice-presidente da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural e, como membro da Sociedade Internacional de Economia Rural, tem participado como conferencista convidado de vários encontros internacionais. Foi bolsista pesquisador do Conselho Nacional de Pesquisa (1988-1992). Ocupou a função de Secretário de Estado da Secretaria de Desenvolvimento Rural do Estado do Ceará, em duas administrações do Governador Tasso Jereissati, em 1995-98 e 1999-2002.



Secretaria de Agricultura

PEDRO SISNANDO LEITE
(ORGANIZADOR)
SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO RURAL
1995 - 2002

**OS GESTORES
DA AGRICULTURA
CEARENSE**

**100 ANOS DE
ADMINISTRAÇÃO**

**2ª Edição
REVISADA**

PEDRO SISNANDO LEITE

(ORGANIZADOR)

SECRETÁRIO DE AGRICULTURA

1995 - 2002

**OS GESTORES
DA AGRICULTURA
CEARENSE**

**100 ANOS DE
ADMINISTRAÇÃO**

2ª Edição

Revisada

Fortaleza - Ceará

2021

Os gestores da agricultura cearense 100 anos de administração © 2021
Pedro Sisnando Leite
Impresso no Brasil. "Printed in Brazil"

TODOS OS DIREITOS, RESERVADOS

DIAGRAMAÇÃO E IMPRESSÃO
HBM Gráfica digital

Revisão:
Geová Lemos Cavalcante

Catálogo na fonte

Leite, Pedro Sisnando

Os gestores da agricultura cearense 100 anos de administração / Organizado por Pedro Sisnando Leite. - Fortaleza, CE: HBM Shopping das Cópias, 2021.

137 p. 14x21 cm
ISBN: 978-85-65599-66-5

1. Política, 2. Agricultura.
3. Estado do Ceará, I. Título. II Autor.

CDD: 370

CONTEÚDO

| | |
|--|----|
| APRESENTAÇÃO | 7 |
| Desenvolvimento rural com menos pobreza..... | 9 |
| Histórico da Secretaria..... | 11 |
| Economia Rural do Ceará de 1920 a 1996..... | 17 |
| Modernização da Agricultura Tradicional | 19 |
| Programas especiais de combate à pobreza rural | 29 |
| Personalidades da agricultura cearense | 33 |
| Thomaz Pompeu de Sousa Brasil Filho | 35 |
| Raimundo de Monte Arrais | 37 |
| José Martins Rodrigues | 39 |
| Rui de Almeida Monte | 41 |
| Raimundo Renato de Almeida Braga | 43 |
| Francisco Alves de Andrade e Castro..... | 45 |
| Thomaz Pompeu de Sousa Brasil Sobrinho | 47 |
| Plácido Aderaldo Castelo..... | 49 |
| Américo Gomes da Silva..... | 51 |
| José Edilson de Melo Távora..... | 53 |
| Agenor Maia Ferreira..... | 55 |
| Luíz Brito Passos Pinheiro..... | 57 |
| Themístocles de Castro e Silva | 59 |
| Francisco Figueiredo de Paula Pessoa..... | 61 |
| Edval de Melo Távora..... | 63 |
| Haríolo Holanda Galvão..... | 65 |
| Manoel Negreiros Bessa..... | 67 |
| Ésio Pinheiro | 69 |
| José Wellington Costa Rolim..... | 71 |
| Antonio Ferreira Antero..... | 73 |
| Mauro Barbosa Botelho | 75 |

| | |
|--|-----|
| José Waldir Pessoa de Araújo..... | 77 |
| Mauro Barros Gondim..... | 79 |
| José Otamar de Carvalho..... | 81 |
| Francisco Ésio de Souza | 83 |
| Alfredo Lopes Neto..... | 85 |
| Geraldo Arraes Maia..... | 87 |
| Eudoro Walter de Santana..... | 89 |
| Diógenes Cabral do Vale..... | 91 |
| José Moreira de Andrade..... | 93 |
| Antonio Enock de Vasconcelos | 95 |
| Pedro Sisnando Leite | 97 |
| Referências Bibliográficas..... | 100 |
| Anexos - Alguns projetos executados na gestão do secretário Pedro Sisnando Leite..... | 101 |

APRESENTAÇÃO

Mais de setenta anos se passaram desde que o Dr. Thomaz Pompeu de Sousa Brasil Filho ocupou cargo de primeiro secretário de estado dos Negócios da Agricultura e Obras Públicas do Estado do Ceará. O último a ocupar referido cargo foi Pedro Sisnando Leite, no período de 1995 - 2002. Nesta última ocasião, a referida secretaria, depois de várias denominações, chamava-se Secretaria de Agricultura e Reforma Agrária. A partir de 1997 passou, finalmente, a ser denominada de Secretaria de Desenvolvimento Rural, dentro de um Sistema Estadual de Agricultura, do qual participam a EMATERCE, o IDACE e a CEASA.

Da galeria agora inaugurada constam políticos, engenheiros, médicos, advogados, economistas, escritores e historiadores, homens que escreveram e foram coadjuvantes da história da agricultura do Ceará como secretários de agricultura. Todos, no seu tempo, viveram experiências marcantes para a vida de milhares de produtores e para a população que vivia no meio rural.

Como um singelo gesto de admiração e reconhecimento por tudo que essas autoridades prestaram de apoio aos produtores agrícolas do Estado do Ceará é que, em nome da Secretaria de Desenvolvi-

mento Rural, resolvemos organizar uma nova galeria de fotografias e conceder uma comenda de agradecimento a todos os ex-secretários e suas famílias.

É com muita satisfação que apresentamos também este pequeno livro com o perfil dos homenageados. Para colaboração deste trabalho contamos com ajuda substancial da assessora Eveline Maria Lima Teixeira e da jornalista Valéria Ferreira, do setor de imprensa da secretaria.

Pedro Sisnando Leite
Secretário de Desenvolvimento Rural
Dezembro de 2002

DESENVOLVIMENTO RURAL COM MENOS POBREZA

A agricultura tem ocupado um papel fundamental no processo de desenvolvimento econômico. Foi assim no passado dos atuais países afluentes. É atualmente para os países em desenvolvimento.

Há mais de 10 anos, o Ceará tem procurado formular uma estratégia para o desenvolvimento rural e combate à pobreza. Mas não tem sido uma coisa simples. O Ceará enfrenta muitos problemas por causa das condições específicas do semiárido, com alto risco da agricultura por causa das secas. É elevado o grau de analfabetismo e subsistem problemas estruturais da terra e da água.

Nos últimos anos o Governo do Estado tem conseguido, com apoio do Banco Mundial e do Governo Federal, avanços importantes no combate à pobreza, na questão da água (Progerih), e na educação - com 98% das crianças de 7-14 anos na escola. Dessas iniciativas merecem destaque os projetos São José e Reforma Agrária Solidária - Cédula da Terra.

O Projeto São José, antigo PAPP, tem contribuído para a redução da pobreza rural no Estado fornecendo infraestrutura sócio- econômica básica

e oportunidade para a geração de emprego e renda. As ações desenvolvidas no Ceará entre 1995-99 beneficiaram mais de 5.000 comunidades com 300 mil famílias, representando cerca de 75% de toda a população rural do Estado. Foram R\$ 120 milhões aplicados em 176 municípios.

A Reforma Agrária Solidária tem a finalidade de viabilizar o acesso à terra aos trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra, associando outros investimentos necessários que lhes assegure com desenvolvimento econômico e social sustentável. O Projeto Piloto do Ceará teve início em 1997 com apoio do Banco Mundial - Projeto São José - seguindo-se com recursos do Ministério do Desenvolvimento Agrário - desde 1998 até o presente.

O citado programa no Estado do Ceará conta atualmente com 193 projetos, sendo 44 do Projeto Piloto com recursos do Estado e 149 da Cédula da Terra, beneficiando 3.202 famílias com o apoio do Governo Federal.

A parceria, portanto, do Ceará com o Governo Federal, o Banco Mundial e associações de produtores está enfrentando a batalha pelo combate à pobreza e o desenvolvimento econômico.

HISTÓRICO DA SECRETARIA

A Secretaria de Desenvolvimento Rural é um órgão público ligado ao Governo do Estado do Ceará e tem a responsabilidade pela área agrícola do Ceará.

1. A estrutura vigente na Secretaria de Desenvolvimento Rural foi criada pela Lei nº 12.692, de 16 de maio de 1997, publicada no Diário Oficial de 27 de maio de 1997.

Segundo os registros encontrados, a origem da instituição que rege os negócios da Agricultura do Estado, data de 1921, quando pela Lei nº 1627, de 23 de março daquele ano, foi criada a Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, da Viação e Obras Públicas. A evolução e as transformações por que passaram a Secretaria poderão ser observadas mediante a análise da legislação aqui apresentada.

2. Lei nº 1827, de 23 de março de 1921 publicada na “Coleção das Leis do Estado do Ceará ano 1921- página 4”. - **Cria a Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, da Viação e Obras Públicas.**
3. Lei nº 2.642, de 10 de outubro de 1928 - **Cria a Diretoria Geral de Agricultura do Estado.**

4. Lei n° 2.722, de 04 de outubro de 1929, **cria a Secretaria de Agricultura e Obras Públicas.**
5. Decreto n° 147, de 18 de março de 1938, restaura a **Secretaria dos Negócios da Agricultura e Obras Públicas.**
6. Decreto n° 520, de 24 de março de 1939, publicada no Diário Oficial do Estado, de 29 de março do mesmo ano, - institui o **Conselho Estadual de Agricultura.**
7. Lei n° 6.085, de 08 de novembro de 1962, publicada no Diário Oficial da mesma data, - reestrutura a **Secretaria de Agricultura, Indústria e Comercio.**
8. Decreto n° 5.480, de 11 de fevereiro de 1963 e com publicação no Diário Oficial do Estado, de 22 de fevereiro de 1963, aprova o regulamento da **Secretaria de Agricultura, Indústria e Comercio.**
9. Decreto n° 5.499, de 18 de fevereiro de 1963, publicado no Diário Oficial de 02 de março de 1963, aprova o regulamento do **Departamento de Economia Rural.**
10. Lei n° 6.629, de 03 de outubro de 1963, Diário Oficial de 14 de outubro de 1963-

reestrutura a **Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio.**

11. Decreto nº 6.615, de 15 de outubro de 1964, Diário oficial, de 16 de outubro de 1964, cria o **Conselho de Agricultura.**
12. Lei nº 8.572, de 21 de setembro de 1966, publicada no Diário Oficial, de 28 do mesmo mês e ano - reorganiza o **Departamento de Economia Rural da Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio.**
13. Lei nº 8.579, de 07 de outubro de 1966, publicada no Diário Oficial de 13 do mesmo mês e ano, altera as estruturas das **Secretarias de Agricultura, Indústria e Comércio e do Trabalho e Ação Social.**
14. Lei nº 9.266, de 20 de março de 1969, Diário Oficial de 27 de março de 1969, extingue o Departamento de Biologia da Secretaria de Agricultura.
15. Decreto nº 9.010, de 04 de setembro de 1969, publicado no Diário Oficial de 08 de setembro de 1969, modifica as denominações das Unidades subordinadas à **Secretaria de Agricultura.**

16. Lei n° 9.447, de 18 de junho de 1971, publicada no Diário Oficial de 26 do mesmo mês e ano, redefine a **Estrutura Organizacional da Secretaria de Agricultura e Abastecimento**.
17. Decreto n° 9.537, de 31 de agosto de 1971, publicado no Diário Oficial de 06 de setembro de 1971 - institui na **Secretaria de Agricultura e Abastecimento**, o Grupo especial de Socorro às Vítimas de Calamidades Públicas **GESCAP**.
18. Decreto n° 9.552, de 17 de setembro de 1971, publicado no Diário Oficial do mesmo mês e ano, cria a Coordenadoria de Sanidade Animal, da **Secretaria de Agricultura e Abastecimento**.
19. Lei n° 11.306 do dia 1° de abril de 1987 e publicado no Diário Oficial do Estado no dia 1o. do mesmo mês e ano, cria a **Secretaria de Agricultura e Reforma Agrária**.
20. Lei n° 12.692 de 16 de maio de 1997, publicada no Diário Oficial de 27 de maio de 1997, cria a **Secretaria de Desenvolvimento Rural - SDR**
21. Decreto n° 24.648 de 30 de setembro de 1997, dispõe sobre a finalidade, estrutura

organizacional, distribuição dos cargos de direção e assessoramento da **Secretaria de Desenvolvimento Rural - SDR**.

22. Conforme art. 3º da lei nº 12.692, de 16 de maio de 1997, dispondo sobre a redefinição do **Sistema Estadual da Agricultura - SEA**, bem como no decreto nº 21.325 de 15 de março de 1991: Diário Oficial de 30 de setembro de 1997.

Economia Rural do Ceará de 1997 a 1998

De acordo com o Censo Agropecuário de 1920, o Estado do Ceará apresentava no citado ano uma economia tipicamente agrícola semelhante à economia brasileira. De fato, cabe mencionar que na mencionada década a produção de café se encontrava em expansão no Sul-Sudeste, enquanto no Estado do Ceará vale registrar que a cultura do algodão representava o carro-chefe da agropecuária estadual, dado que já se identifica a existência do binômio gado/algodão, contribuindo para a expansão da agropecuária cearense.

Realmente, vale ressaltar que o efetivo bovino em 1920 correspondia a 24% do total de 1996 que era de 2,4 milhões. No tocante ao algodão vale destacar que existia algo em torno de 31 mil hectares de cultivo no referido ano, enquanto que em 1996, o total de área colhida registrou uma redução de 73% (8.269 hectares). Essa diminuição decorreu, principalmente, devido a expressiva queda na produtividade e também em função da introdução da praga do bicudo na cultura do algodão mocó.

Ademais, merece destaque que o número de pessoas que exerciam profissões agrícolas na agricultura correspondia a 21% da população residente

que era de 1,3 milhão. Desse total de 277 mil agricultores, 94% estavam ocupados no cultivo de algodão (mocó), cana-de-açúcar, arroz e outras culturas equivalendo a 183,5 mil hectares.

Por outro lado, é bom frisar que a área colhida das principais culturas em 1996 atingiu um total de 1,1 milhão de hectares, representando um acréscimo anual de 2,4% no período 1920-1996. No mesmo intervalo a população registrou um acréscimo anual de 2,2%, podendo-se concluir que o setor agrícola respondeu ao crescimento vegetativo da população.

No que diz respeito à estrutura fundiária um importante fator a destacar foi a redução da participação do número de produtores na condição do proprietário em 45% em termos relativos, ou melhor, no ano de 1920 o mencionado percentual representava 84%, passando para 46% em 1996. Por outro lado, cabe destacar que o número de arrendatários que era inferior a 3% acusou um incremento anual de mais de 7,2%, passando para 27% em 1996.

Esse substancial aumento em relação ao número de arrendatários traduz a significativa fragmentação da terra no Ceará. Realmente, o número de estabelecimentos com até 100 hectares passou de 47% do total em 1920 para 95% do montante em 1996.

Modernização da Agricultura Tradicional

O Governo do Estado vem, a cada ano, empenhando-se no combate aos efeitos da estiagem para alcançar padrões de modernização com a implementação de atividades para o fortalecimento da sustentabilidade agrícola no meio rural. Foi assim no biênio 97/98, continuando em 99, mediante ações desenvolvidas pela Secretaria do Desenvolvimento Rural (SDR) e suas vinculadas: EMATER-CE, e CEASA.

A estratégia de ação da SDR busca o crescimento da economia rural, caracteriza-se por intervenções concentradas em programas integrados em área geográficas prioritárias, de forma a possibilitar que a expansão da agropecuária ocorresse simultaneamente com a evolução dos setores industriais e de serviços.

As ações da Secretaria foram executadas por meio da empresa de Assistência Técnica (EMATERCE) com desempenho na execução das suas ações próprias, em 82 municípios do Estado, através dos Centros de Atendimento ao Cliente - CEACs, que dão cobertura a todo o Ceará.

A EMATERCE, como executora da política agrícola do Governo do Estado, atendeu a projetos do PRONAF, movimentando 32,2 milhões; distribuiu sementes selecionadas, contribuindo para o alcance de mil toneladas de grãos e beneficiando a quase 100 mil produtores rurais; promoveu a realização de seminários e cursos para produtores rurais e técnicos, além de haver participado de programas de rádio veiculados em 48 emissoras do interior, com grande alcance de mensagens técnicas para os agropecuaristas.

A agricultura contribuiu de modo significativo para o crescimento econômico do Ceará em 1999. Com 56% de incremento da renda entre 1998-99, foi o setor que teve o melhor desempenho nesse período, em comparação com a indústria e os serviços.

Em termo de renda gerada, o setor de grãos representa 40% de toda a produção da agropecuária cearense. A pecuária, fruticultura, extrativa vegetal são os outros componentes do setor. A soma de todos esses itens da produção rural resultou em uma renda de R\$ 1,3 bilhão em 1999, correspondendo a um incremento de 50% em confronto com 1998.

A Secretaria de Desenvolvimento Rural atribuiu o desempenho da safra de 1999 a alguns fatores diferenciadores em relação ao passado. Um dos destaques nesse sentido foi a introdução comercial

do milho híbrido em escala comercial no Estado do Ceará. Esta inovação resultou no aumento da produtividade e competitividade desse cereal como jamais ocorreu. Enquanto a área cultivada aumentou de 21% entre 1998/99, a produção teve um aumento de 376%, passando de 93 mil toneladas, em 1998, para 443 mil toneladas, em 1999. A produtividade média do Estado cresceu 293% no último ano, em relação a 1998, e 52% em relação aos últimos 10 anos. Enquanto em ano de normalidade climática a produtividade média do Estado gira em torno de 600-700 quilos por hectare, nas áreas onde foram introduzidas as novas variedades, a produtividade elevou-se a mais de 2.000 quilos por ha. Em alguns municípios, como no caso de Porteiras, no Cariri, foram obtidos 6.000 quilos por ha, em culturas conduzidas com moderna tecnologia. Mesmo em culturas comerciais de produção familiar, há registros de resultados excepcionais em confronto com os desempenhos tradicionais da cultura do milho no Estado.

Deve ser mencionada também, ao se analisar a safra agrícola de 1999, a produção de castanha de caju. São 78 mil toneladas do produto, com aumento de 458% em relação ao ano de 1998. Só há notícia de outra safra maior no Ceará no ano de 1996, com 9 mil toneladas, acima do que se obteve em 1999. O coco da baía aumentou 58%, a banana, 15% e a mandioca 8%. Esta última terá uma produção de 518

mil toneladas. A produção de cana-de-açúcar será de aproximadamente 1,9 milhão de toneladas, 2% acima da de 1998.

A SDR, em continuidade ao Programa de Revitalização da Cultura do Algodão, avançou no plantio das novas variedades do algodão herbáceo CNPA-7H e semiperene CNPA-7MH, com a distribuição de 1.000 ton. de sementes selecionadas. A produção total de algodão foi de 40 mil ton., superior aos anos de 95 a 98. Em 1999, a produção de algodão aumentou em 329% e a área plantada em 87,7% (Sequeiro e Irrigado). Foi também a mais alta produtividade nos últimos 40 anos. Isto, considerando uma média em que pesa a baixa produtividade de algodão arbóreo. Segundo a publicação “Os indicadores da Agropecuária”, da CONAB, a produtividade média do algodão em caroço do Ceará aumentou de 405 kg/ha, em 97/98, para 985 kg/ha em 99. Ou seja, um acréscimo de 134% na produtividade entre as duas mencionadas safras.

Fato especial a destacar na safra de 99 de algodão no Brasil, foi que o Ceará se posicionou em 4º lugar em área plantada em todo o país. Em ordem decrescente, destacaram-se acima do Ceará os estados de Mato Grosso, Goiás e São Paulo.

A área plantada com algodão no Ceará (60.164 ha) foi superior à soma das áreas do Maranhão,

Piauí, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Sergipe, que atingiram, conjuntamente apenas 46 mil ha. A Bahia, que foi o 2º estado do Nordeste, plantou 45 mil ha.

Dentre os oito municípios produtores de algodão (Ibaretama, Crateús, Mombaça, Mauriti, Tabuleiro do Norte, Jaguaruana, Quixadá e Quixeramobim), seis localizam-se na região do Sertão Central, que hoje se configura como a maior produtora de algodão do Estado. Destaca-se também a produção de Mauriti, município da região do Cariri.

O Governo do Estado do Ceará, com a execução do Programa Hora de Plantar, vem conscientizando os agricultores para substituir o uso indiscriminado de grãos de baixa qualidade por sementes de alto potencial genético. A distribuição das sementes de milho, feijão e arroz é feita nas sedes municipais, distritos e comunidades.

O público beneficiário deste Programa é o pequeno produtor rural, que recebe sementes para o plantio de até 2 hectares, proprietário ou não de imóvel rural, meeiro, parceiro ou arrendatário. É necessário que tenha na agricultura sua principal fonte de renda, seja cadastrado na EMATERCE, com aval dos sindicatos ou associações rurais e que esteja em dia com o Programa.

Essas ações têm propiciado um aumento de produção e de produtividade das principais culturas. Nos últimos cinco anos, foram distribuídas sementes suficientes para a implantação, em média, de 104.000 ha/ano das culturas de arroz, feijão e milho.

Os recursos aplicados no ano de 1999 foram da ordem de R\$ 2,4 milhões, beneficiando mais 181,5 mil produtores e com área plantada de 129,3 mil hectares, sendo distribuídos 2,6 mil toneladas de sementes, conforme o Programa de Ovino-caprinocultura, objetiva fundamentalmente aumentar a produtividade dos rebanhos ovinos e caprinos e melhorar a qualidade de seus produtos.

Com vistas à execução do Programa, foi celebrado, em 1999, um Protocolo de Intenções com a participação da SDR, Banco do Nordeste do Brasil S.A - BNB, Empresa Brasileira de pesquisa Agropecuária - EMBRAPA, Federação da Agricultura do Estado do Ceará - FAEC e SECITECE.

No tocante às metas programadas para aquele ano, vale mencionar, dentre outras, a implantação e modernização de 400 unidades produtivas de ovinos e 400 de caprinos, compostas, cada uma, por 100 matrizes e 4 reprodutores.

Foram assistidos 6.621 criadores de caprinos

e 8.321 criadores de ovinos, com um rebanho de 151.545 e 224.458 cabeças, respectivamente, gerando um total de 8.783 empregos diretos e indiretos.

O Programa de Bovinocultura tem como objetivo estimular e apoiar a modernização do agro-negócio do leite no Estado do Ceará, com ações que visam aumentar sua produção, elevar sua eficiência, competitividade e sustentabilidade, com ou sem utilização do crédito rural, mediante a adoção de modernas tecnologias de exploração leiteira e melhor capacidade gerencial.

Para implementação desse Programa, o Banco do Nordeste disponibilizou o montante de R\$ 100 milhões, com o propósito de atender as bacias leiteiras de Alto Salgado, Baixo Curu, Cariri, Fortaleza, Crateús, Médio Jaguaribe, Quixeramobim e Sobral.

O Programa de Pesca e Aquicultura contempla ações de apoio à pesca extrativista continental e marítima, tais como: repovoamento de açudes, armazenamento e comercialização; e ações de controle da pesca predatória da lagosta.

No tocante às realizações, destacam-se: o levantamento, em conjunto com a EMATERCE, das disponibilidades de águas existentes em açudes públicos, comunitários e de áreas reformadas no Estado; a realização de operações de fiscaliza-

ção no período de defeso da lagosta; a elaboração de projeto de cultivo intensivo de peixes em viveiros, no Município de Itapiúna e a elaboração de um projeto de cultivo superintensivo de peixes em gaiolas flutuantes, no Município de Tejuissuoca; o apoio aos CEACs, para elaboração de projetos agrícolas e a elaboração de Projeto Piloto para o setor pesqueiro marítimo, em parceria com outras entidades estaduais, a ser executado a partir do ano 2000.

De uma forma geral as exposições atingiram seus objetivos, promovendo o desenvolvimento do setor agropecuário, através da difusão e adoção de tecnologias pelos produtores, pela aquisição de animais de qualidade superior, aumentando a produção e produtividade dos rebanhos.

O Projeto de Defesa Agropecuária tem como objetivo principal controlar as enfermidades, pragas e doenças nos animais e vegetais.

Atualmente, o Estado do Ceará conta com 18 Unidades de Locais de Saúde Animal e Vegetal (ULSAV), atendendo a 40 municípios vocacionados para a agropecuária e cinco Postos de Fiscalização, localizados nos Municípios de Aracati, Jati, Crato, Parambu e Tianguá.

No ano de 1999, o controle de doenças e pra-

gas animal e vegetal, realizado pelas unidades Locais de Saúde, resultou na vacinação de 790.643 animais contra febre aftosa, 454.837 contra raiva dos herbívoros, 947 bezerros contra brucelose bovina e 146.000 aves contra a doença de newcastle.

A continuidade do Programa contribuiu para a não ocorrência da febre aftosa há quase 3 anos no Estado do Ceará, graças ao trabalho realizado nos Postos de Fiscalização Zoo-Fitossanitária, com a exigência da Guia de Trânsito de Animais e à ampla divulgação das campanhas em que se utilizou todos os meios de comunicação para sua concretização, desde a farta distribuição de material de informação e orientação, com a colaboração dos agentes de saúde do Estado, até os mais esclarecedores debates e entrevistas pelas rádios municipais.

No que diz respeito à área de agricultura, o Programa desenvolveu ações junto aos hortigranjeiros da Região da Ibiapaba para o uso correto de agrotóxicos, ações estas que se baseiam no controle do uso de inseticidas, objetivando mudar a qualidade na produção vegetal das áreas contempladas, com o uso de tecnologias apropriadas.

Atualmente, a pauta de prioridade é composta por 20 produtos, cuja classificação é obrigatória para comercialização interna. No tocante às principais atividades deste Programa, vale

destacar: a classificação do algodão em pluma produzido e/ou beneficiado no Ceará; a classificação de produtos exportados no cais do porto; a classificação de castanha de caju; a classificação de arroz, feijão e milho nos postos do interior; as análises químicas da cera de carnaúba, pó cerífero e farinha de mandioca.

No ano de 1999, até a primeira quinzena de novembro, foram classificadas 997,8 mil toneladas de produtos, representando 94% do programado (1.060 mil toneladas) para o ano. Em relação ao ano de 1998, o total classificado situou-se em um patamar um pouco inferior, em função do fechamento de algumas empresas de empacotamento e beneficiamento de grãos no interior e Capital.

O Serviço de Inspeção Estadual (SIE) tem como objetivo inspecionar todos os produtos de origem animal, processados em estabelecimentos registrados na SDR, que façam comércio intermunicipal, propiciando a oferta de produtos sanitariamente compatíveis com o consumo da população.

Durante o ano de 1999, ocorreu um incremento de 11% na quantidade de bovinos inspecionados, e, em aves uma expressiva elevação de mais 380% em comparação ao mesmo período do ano de 1998.

Até nov/99, havia sido comercializado pela CEASA um volume total de 339,8 mil toneladas de hortifrutigranjeiros, envolvendo recursos da ordem de R\$ 192,3 milhões, representando um acréscimo de 5,8 mil toneladas e de R\$ 8,4 milhões, respectivamente, em relação ao ano de 1998.

Os empreendimentos do Projeto Caminhos de Israel estarão localizados em diferentes pontos do território cearense, em torno de açudes de médio porte ou poços de boa vazão, sendo a disponibilidade e/ou o potencial de água para irrigação o principal critério de seleção das áreas beneficiadas.

Estudo preliminar realizados pela SEAGRI, em parceria com SRH/ COGERH, selecionou 28 açudes de médio porte, entre 106 reservatórios gerenciados pela COGERH, para comporem o suporte hídrico do Projeto, apurando-se disponibilidade de água para permitir a irrigação de até 3.000 ha adicionais

De acordo com os estudos preliminares, é viável a implantação de 100 projetos de irrigação no âmbito dos Caminhos de Israel, com áreas de até 250 ha, envolvendo um total de 10.000 ha e beneficiando 2.000 famílias de pequenos produtores rurais.

PROGRAMAS ESPECIAIS

DE COMBATE À POBREZA RURAL

No âmbito do Projeto São José, já foram aplicados (período 1995/99) mais de R\$ 150 milhões em obras e atividades produtivas, gerando emprego e renda para 5.017 comunidades em todos os 176 municípios da área de atuação do Projeto no Estado, correspondendo a 309,4 mil famílias rurais.

No ano de 1999 foram liberados 314 subprojetos novos, distribuídos em 285 comunidades rurais e 82.033 famílias de 88 municípios cearenses, envolvendo recursos da ordem de R\$ 26,7 milhões.

O Projeto São José foi alvo de várias missões nacionais e do exterior que vieram ao Estado conhecer a experiência do Projeto. No seu âmbito, foi implementado uma ampla ação de capacitação, envolvendo presidentes, membros de associações beneficiadas, técnicos de Secretarias co-participantes do Projeto, agentes de desenvolvimento social da EMATERCE. Ao todo, foram 18 eventos de capacitação, com 1.190 participantes, que foram treinados no processo de aquisição de bens e serviços, prestação de contas, procedimentos de instalação e acompanhamento de subprojetos, dentre outros.

O PRONAF tem a finalidade de promover o desenvolvimento sustentável do segmento rural

constituído pelos agricultores familiares, de modo a propiciar-lhes o aumento da capacidade produtiva, a geração de emprego e melhoria de renda.

A grande capacidade da agricultura familiar em absorver mão de obra a transforma numa alternativa socialmente desejada, economicamente produtiva e politicamente correta para atacar grande parte dos problemas sociais urbanos, derivados do desemprego rural e da migração descontrolada na direção campo-cidade.

No tocante ao financiamento da infraestrutura, o PRONAF vem sendo implementado em 60 municípios do Estado, tendo sido elaborados, em 1999, Planos de Trabalho para apoio ao financiamento à infra-estrutura básica desses municípios, totalizando recursos da ordem de R\$ 8,4 milhões. Esses recursos são transferidos aos municípios, pelo Ministério da Agricultura e do Abastecimento, via Caixa Econômica Federal.

No que diz respeito ao crédito familiar, foi de R\$ 37,7 milhões o valor financiado no âmbito do PRONAF, com recursos oriundos do Banco do Nordeste e do Banco do Brasil, na realização de 9.847 operações de crédito.

O Programa de Viabilização de Espaços Econômicos para a População de Baixa Renda é resul-

tante de um convênio bilateral entre os Governos Brasileiro e Alemão através do Ministério das Relações Exteriores/ Agência Brasileira de Cooperação - ABC e do Ministério de Cooperação Econômica e Desenvolvimento- BMZ/ Agência Alemã de Cooperação Técnica - GTZ. Este Programa tem como objetivo capacitar comunidades de pequenos produtores rurais e pescadores artesanais para um melhor planejamento e gestão das atividades socioeconômicas com vistas a um desenvolvimento sustentado.

No período 95/98, a atuação do projeto estendeu-se por seis municípios do Sertão Central, Litoral Norte e Região Metropolitana de Fortaleza.

O ano de 1999 representou para o Prorenda Rural o terceiro ano da sua fase de expansão, sendo envolvidos os municípios de Acaraú, Aquiraz, Aracati, Camocim, Cascavel, Caucaia, Granja, Beberibe, Itapipoca, Paraipaba e São Gonçalo do Amarante.

O Projeto teve como uma das principais ocupações, neste ano, a preparação de equipes de extensionistas da EMATERCE, bem como dos novos membros que estão sendo incorporados à equipe do Programa para o trabalho com metodologias participativas, desempenho e gerenciamento. Foram realizados 11 treinamentos para extensionistas da EMATERCE e equipe técnica do Projeto.

**PERSONALIDADES
DA
AGRICULTURA
CEARENSE**



Thomaz Pompeu de Sousa Brasil Filho 1929

Nasceu a 21 de abril de 1878 na cidade de Fortaleza. Filho do Doutor Thomaz Pompeu de Sousa Brasil e Dona Ângela Teixeira Pompeu, natural de Aracati.

Fez os seus estudos preparatórios no colégio Saint Barbe, em Paris, donde veio para se matricular na Academia de Medicina do Rio de Janeiro. Recebeu o grau de Doutor em Medicina por esta Escola, depois de defender a tese: **“Do diagnóstico precoce da tuberculose pulmonar comum”**, Rio de Janeiro, março de 1905.

Em dezembro de 1905 do mesmo ano foi nomeado médico da Comissão de Limites do Alto

Juruá. Ocupou depois o lugar de Diretor da Escola de Aprendizes do Ceará para o qual foi nomeado por Decreto, de 7 de Abril de 1910, em substituição ao bacharel José Pompeu de Sousa Brazil, nomeado por Decreto de 4 de novembro de 1909, e depois o lugar de médico legista da polícia.



Raimundo de Monte Arrais
1929 - 1930

Nasceu na cidade de Saboeiro no Ceará em 3 de julho de 1888, filho de Nicolau Alexandre Arrais e Maria Braselina Arrais.

Foi advogado e jornalista, tendo dirigido o Diário do Estado, o Jornal do Comércio e A Razão, órgãos de imprensa partidária já desaparecidos. Na administração pública cearense ocupou dois cargos: um deles foi o de Secretário de Agricultura e Obras Públicas do Ceará (1929 - 1930). Foi deputado à Assembleia Legislativa Estadual. Advogou no Rio de Janeiro.

Publicou a obra **“O Rio Grande do Sul e as Instituições Governamentais”**, 1925, colocando-o entre os maiores constitucionalistas nacionais. Escreveu outros livros sobre matéria jurídico-política. Na Câmara Federal, como representante cearense, teve projeção como conhecedor que foi especializado nos assuntos relacionados com a Educação.

A Universidade do Distrito Federal, lhe conferiu o título de Doutor **“Honoris Causa”**. Em casa **“Terra Redemida”**, 1937.

Deixou capítulos admiráveis de defesa do Nordeste. Pertenceu à Academia Cearense de Letras e dela foi representante junto à Federação das Academias de Letras do Brasil, instituição a que já presidira. Faleceu em 3 de outubro de 1965.



José Martins Rodrigues
1938 - 1942

Nasceu em Quixadá no Ceará, a 1º de setembro de 1901, filho de Martinho Rodrigues Sobrinho e Isabel de Almeida Rodrigues.

Em 1922 foi graduado pela Faculdade de Direito do Ceará, da qual foi professor. Professor na Escola Normal, advogado, jornalista, nestes campos demonstrou as suas fortes qualidades. Na administração pública, dirigiu várias secretarias de estado.

Foi Secretário de Agricultura e Obras Públicas do Ceará em impedimentos do Interventor Federal a que servia. Deputado Estadual, foi líder da maioria. Deputado Federal, ganhou admiração dos

seus pares, pelas beleza de seus discursos.

Perdeu o mandato por força de Ato da Revolução de 1964 e deixando-se ficar em Brasília e montou banca de advogado. Foi membro do Conselho Nacional do Ensino. Não escreveu livros, porém a sua tese de concurso - **“Efeitos Jurídicos do Silêncio”**, o consagrou como jurista.



Rui de Almeida Monte

1943 - 1945

Filho de João Francisco do Monte e Bemvinda de Almeida de Monte, nasceu na cidade de Sobral no Ceará a 21 de outubro de 1884 e faleceu na década de 50.

Em 1911 colou o grau de Doutor em medicina pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e defendeu a tese por Título **“Contribuição ao Estudo da Púrpura Hemorrágica”**.

Foi auxiliar do Hospital da Brigada Militar do Rio de Janeiro e Santa Casa também do Rio de Janeiro. Clinicou em Sobral e na Santa Casa de Misericórdia de Fortaleza e no Instituto de Proteção e Assistência à Infância.

Ocupou os seguintes cargos: Médico da Prefeitura de Sobral; médico da Comissão Construtora do Pagamento da Estrada de Ferro de Sobral (trecho de Crateús à Ibiapina); médico do Pessoal da Estrada de Ferro de Sobral, de 1918 à 1920.

Exerceu as funções de Diretor-Presidente do Instituto do Algodão e Crédito Agrícola do Ceará em 1938 e colaborou na “Folha do Povo” e A Tarde”, de Fortaleza.



Raimundo Renato de Almeida Braga
1946

Nasceu em Cruzeiro do Sul do antigo território e hoje Estado do Acre, em 20 de dezembro de 1905 e faleceu no dia 13 de julho de 1968. Filho de Antônio Bruno de Almeida Braga e Maria José Rosas Braga.

Engenheiro Agrônomo, graduado em 1927 pela Escola de Agronomia do Ceará. Exerceu os cargos de: Professor da escola de Agronomia; Vice-Reitor da UFC; Diretor do serviço de Irrigação do Ministério da Agricultura; Diretor da Escola Nacional de Agronomia do Rio de Janeiro; Secretário de Estado de Negócios da Agricultura do Ceará (1946); Secretário da Fazenda; deputado na

Assembleia Legislativa deste Estado, exercendo o mandato em duas legislaturas. Escritor humanista, e historiador;

Foi Presidente do Instituto do Ceará e da Academia Cearense de Letras e membro da Casa de Juvenal Galeno. Foi fundador da Sociedade Cearense de Geografia e História, do Instituto de Zootecnia da UFC e da Sociedade Cearense de Agronomia.

Autor do livro **“Plantas do Nordeste, especialmente do Ceará”**, sua obra-prima, constitui um inventário científico de alto valor literário das plantas mais representativas do Nordeste, especialmente do Ceará.



Francisco Alves de Andrade e Castro

1947

Nasceu em Mombaça no Ceará, a 21 de novembro de 1913, filho de José Alves de Castro e Raimunda Paes de Castro.

Engenheiro Agrônomo, diplomou-se em 1938 pela Escola de Agronomia do Ceará. Coursou as faculdades de Direito e Filosofia. Professor titular aposentado da Universidade Federal do Ceará.

Recebeu distinções e honorária dentre elas: Medalha do Mérito Agrônômico do Brasil (1971); Medalha Justiniano de Serpa do Estado do Ceará (1980); Prêmio Clóvis Bevilácqua da UFC, em virtude do livro *Agronomia e Humanismo*, considerado o melhor estudo publicado abordando a Sociologia

e Economia; Diploma de Honra ao Mérito, conferido pela Associação dos Engenheiros Agrônomos do Ceará; Diploma de professor Honoris Causa, pela Escola Superior de Agricultura de Mossoró, em 1979.

Cargos exercidos: Chefe do Departamento de Terras e Colonização da Secretaria de Agricultura do Ceará; Diretor Geral da Secretaria e Obras Públicas do Ceará; Diretor de Produção Animal da SAOP do Ceará; Secretário de Agricultura e Obras Públicas do estado do Ceará (1947); Delegado Federal do Ministério da Agricultura no Ceará. Representou o Ceará junto ao Ministério das Relações Exteriores para tratar de interesses do Ceará e do Conselho Deliberativo da SUDENE. Foi membro de várias associações culturais dentre as quais: Academia Cearense de Letras, Instituto do Nordeste, Sociedade Brasileira de Zootecnia, Instituto do Ceará.



**Thomaz Pompeu de Sousa
Brasil Sobrinho**

1947 - 1951

Nasceu em Fortaleza, no dia 16 de novembro de 1880, filho do médico Antônio Pompeu de Sousa Brasil e Ambrosina Pompeu de Sousa Brasil.

O Grande Mestre da História, da Geografia, da Antropologia, da Etnografia Indígena e dos assuntos do Nordeste Brasileiro, figura ímpar nesses conhecimentos científicos. “ Entendido em assuntos gerais, tem exclusividade consagrado a sua ‘atividade mental às questões que mais de perto condizem com os vitais problemas do Ceará, cujo território conhece palmo no seu aspecto físico, político e econômico, por isso mesmo sendo considerado, sem o

menos favor, nos dias atuais, como a sua voz mais autorizada” (Eusébio de Sousa).

Engenheiro Civil pela escola de Minas de Ouro Preto, dirigiu com excepcional boa orientação e justeza a antiga Inspetoria de Obras contra as Secas, atual DNOCS. Presidiu o Instituto do Ceará, como que o simbolizando, tal a sua identificação com a vida do tradicional Grêmio Cultural, tendo sido seu Presidente Perpétuo. A sua vasta e importante bibliografia encontra-se minuciosamente levantada pela Professora Maria da Conceição Sousa e inserida no v. 100 da Revista do Instituto do Ceará, 1980, pags. 249-264.

Integrou a Academia Cearense de Letras, da qual foi Presidente e Presidente de Honra, ocupando a Cadeira n^o 6, patrocinada por seu pai. Faleceu em Fortaleza, no dia 9 de novembro de 1967.



Plácido Aderaldo Castelo
1951 - 1954

Cearense de Mombaça, ocupou vários cargos públicos e exerceu grande influência no cenário político cearense. Foi professor, jornalista, juiz em Juazeiro do Norte, Presidente da OAB, Conselheiro do Tribunal de Contas, Deputado Estadual por quatro vezes, Secretário Estadual da Fazenda e da Agricultura, Prefeito de Fortaleza e Governador do Ceará.

Tomou posse no Governo a 12 de setembro de 1966, sucedendo o Governador Virgílio Távora. Seu Governo foi marcado por significativas realizações. Entre elas, o processo de chegada da energia elétrica ao interior do Ceará, o início da implanta-

ção do sistema de telefonia, a Estrada do Algodão, a instalação da Secretaria da Cultura, a construção do Palácio da Abolição, para sede administrativa do Governo, e a construção também do estádio esportivo, que anos mais tarde ganharia seu nome.

Plácido Castelo nasceu em 11 de janeiro de 1906 e faleceu no dia 17 de junho de 1979.



Américo Gomes da Silva
1954 - 1955

Nasceu em Baturité, no Ceará, em 26 de setembro de 1913, filho de desembargador Luiz Gonzaga Gomes da Silva e de Maria Gomes da Silva.

Foi graduado Engenheiro Agrônomo pela Escola de Agronomia da UFC. Professor de Entomologia da Faculdade de Agronomia da UFC e professor visitante da Universidade do Arizona (USA).

Exerceu os cargos de Vice-Diretor e Diretor da Escola de Agronomia do Ceará; Respondeu por várias vezes pela Reitoria da Universidade do Ceará; Foi Presidente do Centro dos Exportadores do Ceará; Secretário de Agricultura do Go-

vernador Stênio Gomes da Silva em 1954.

Presidente do Lions Clube Fortaleza; Decano do Centro Tecnológico e membro mais antigo do Conselho Universitário.

Escreveu o livro “**História da Entomologia no Ceará**”. Faleceu em Fortaleza em 14 de abril de 2000.



José Edilson de Melo Távora
1955 - 1956

Nasceu na cidade de Iguatu no Ceará no dia 18 de março de 1921. Filho de José da Silva Melo e Maria Carmosa Melo Távora. Formou-se em Engenharia Civil, no ano de 1945, pela Escola Nacional de Engenharia da Universidade do Bahia no Estado da Bahia. Faleceu em 12 de novembro de 1989.

Exerceu diversas atividades: Chefe de Seção Técnica e Chefe de Divisão de Conservação e Melhoramentos e de Assistência Técnica aos Municípios (1948-1951); Chefe do 1º Distrito Rodoviário Federal do Departamento Nacional de Estradas e Rodagens - 1º DRF - DNER, com jurisdição sobre o Estado do Amazonas, territórios do Rio Branco,

Guaraporé (Rondônia) e Acre (1951-1953); Deputado Federal eleito para as legislaturas (1959-1963), 1963-1967, 1967-1971, 1971-1975, sob a legenda da UDN da Arena; Presidente da Comissão de Minas e Energia (Comissão técnica permanente da Câmara dos Deputados (1964-1969); Presidente da Companhia e Comércio - MIC; Vice-Presidente executivo da Petrobrás Mineração S/A - Petromessa, subsidiária da Petrobrás.

Autor de livros como: Problema Sanitário do Nordeste; Impressões de uma viagem à África e trabalho Parlamentar (discursos e pareceres). Várias condecorações lhe foram conferidas, podendo citar-se: Ordem de Mérito Tamandaré (1973); Medalha do Mérito da Engenharia Militar no grau de oficial (1972).



Agenor Maia Ferreira

1957 - 1959

Nasceu em Fortaleza, no Ceará, em 09 de janeiro de 1913. Filho do Coronel Pergentino Ferreira e Albertina Maia Ferreira. Faleceu a 25 de março de 1986.

Estudou no Colégio Militar de Fortaleza, e graduou-se na Escola Superior de Agronomia de Viçosa da Universidade Federal de Minas Gerais em 15 de dezembro de 1935.

Participou na construção do Açude do Condamo no Estado da Paraíba. Retornando à Fortaleza foi contratado como professor da Escola de Agronomia da Universidade Federal do Ceará, onde

ensinou a disciplina de Tecnologia de Alimentos como professor catedrático.

Foi Diretor Geral da Diretoria Estadual de Agricultura no Governo Faustino de Albuquerque; Diretor Geral da Agricultura no Governo Paulo Sarasate e Secretário de Agricultura no Governo de Flávio Portela Marcílio.

Foi Agropecuarista em Quixadá e Pacajús e produtor de leite em Fortaleza. Foi condecorado como produtor modelo de 1981, com o prêmio Produtividade Rural assinado pelo então Ministro da Agricultura Amaury Stabile.



Luiz Brito Passos Pinheiro

1959 - 1962

Nasceu na cidade de Cajapió, no Estado do Maranhão, no dia 5 de agosto de 1916. Filho de José Neves Pinheiro e Raimunda Isabel Brito Bastos Pinheiro.

Estudou no Colégio Militar de Fortaleza, ingressando na carreira militar pela Academia Militar das Agulhas Negras - AMAN no Rio de Janeiro, pela qual atingiu a patente de Coronel do Exército Brasileiro.

Foi professor da AMAN, e ao retornar à cidade de Fortaleza, foi convidado para lecionar no Colégio Militar de Fortaleza, chegando a publicar 02 livros sobre Física.

Exerceu os cargos públicos de Secretário de Agricultura do Estado e ocupou várias diretorias na COELCE, chegando a ser Presidente do órgão.



Themístocles de Castro e Silva

1962

Nasceu em Canindé, no Ceará, em 23 de Abril de 1929. Filho de Júlio de Castro e Silva e Maria Augusta de Castro e Silva. Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, pela Faculdade de Direito da UFC em 1964. Jornalista, Advogado, Técnico de Administração e Radialista.

Desempenhou no serviço público os seguintes cargos e comissões: Assistente da Presidência do Instituto Nacional de Imigração e Colonização - Rio; Presidente da Comissão Técnica de Orientação Sindical - Rio (1956); Secretário Particular do Governador do Estado do Ceará (1959); Diretor Geral da Secretaria de Administração do Estado (1961-62).

Secretário de Agricultura e Obras Públicas do Ceará (1962); Redator da “Gazeta de Notícias” (1945-49); Diretor do Jornal “o Estado (1961). Redator do “Correio do Ceará” (1966); Redator-chefe do “Unitário” (1978). Articulista de “O Povo” desde 1984.

Exerceu o mandato de Deputado à Assembleia Legislativa do Ceará em duas Legislaturas (1963-1967 e 1967-1971). Deputado Federal (suplente convocado) em 1973.

Recebeu várias condecorações e distinções: Medalha da Ordem do Mérito Militar; Medalha do Mérito Judiciário; Medalha Marechal Thompwsky e Diploma de colaborador Emérito do Exército.

Participou e apresentou trabalho na 7º Conferência Mundial de Mídia sobre o tema “Credibilidade e Responsabilidade Social da Mídia” (Tóquio - Japão). Em 1984 foi convidado para participar do Seminário Internacional CAUSA, realizado em Seul - Coreia do Sul. Publicou o livro “Antes e depois de 31 de março”.



Francisco Figueiredo de Paula Pessoa
1962 - 1963

Filho de João Figueiredo de Paula Pessoa e Eulália Capote de Paula, Chico Figueiredo integrava a Quarta geração do Senador Francisco de Paula Pessoa, conhecido como o “ Senador dos Bois”. Nasceu em Sobral no Ceará a 13 de julho de 1921, e faleceu em Fortaleza a 10 de dezembro de 1990.

Graduou-se Engenheiro Agrônomo peia Escola de Agronomia do Ceará, em 1944. Oficial da Reserva do Exército, serviu durante a 2ª guerra mundial no 23º Batalhão de caçadores. Aposentou-se engenheiro da carteira de crédito rural do Banco do Brasil. Foi Presidente da Associação dos Criadores da zona norte do Ceará.

Ocupou o cargo de Secretário de Agricultura, destacando-se na sua gestão o Estado do Ceará como segundo maior produtor de algodão do Brasil. Construiu seis grandes Parques de Exposição Agropecuária, inclusive o de Sobral, e fundou a escola de Veterinária na Fazenda Itaperi, hoje Campus da Universidade Estadual do Ceará.

Fundou a Lassa-Laticínios Sobralense S/A, ERCASA - Empresa Rural Carnaúbas S/A; ERSSA - Empreendimentos Rurais de Sobral S/A; PIASA - PIABAS Agropecuária S/A; CONASA - Conceição Agropecuária S/A Nas décadas de 70 e 80, chegou a ser o maior produtor de algodão arbóreo do Ceará.

Foi duas vezes Deputado Estadual. Dentre as suas muitas realizações como parlamentar, destaca-se a construção do Açude Edson Queiroz em Santa Quitéria e a estadualização da Universidade do Vale do Acaraú (UVA).



Edval de Melo Távora
1963 - 1965

Filho de José da Silva Melo e Maria Carmosa Távora, nasceu em Iguatu, a 15 de maio de 1922. Iniciou seus estudos em Crato. Transferindo-se para Fortaleza, aqui concluiu o curso secundário e bacharelou-se em Ciências Jurídicas e Sociais em 1945. Diretor da Imprensa Oficial do Estado (19 de janeiro a 31 de dezembro de 1947).

Ingressando na carreira política, foi eleito vereador de Fortaleza pela legenda da União Democrática Nacional. Exerceu o mandato de 1º de janeiro de 1948 a 31 de dezembro de 1951. Deputado Estadual, também pela legenda da UDN, durante três

legislaturas consecutivas (1951/1963) Secretário de Agricultura e Obras Públicas de 25 de outubro de 1956 a 25 de janeiro de 1957. Nomeado Ministro do Tribunal de Contas em 28 de novembro de 1958, ao tomar posse renunciou ao segundo mandato de Deputado Estadual. Posteriormente se licenciou do Tribunal de Contas, voltando ao legislativo estadual para seu terceiro e último mandato. Não mais se candidatou a qualquer cargo eletivo, reassumindo as funções de Ministro. Professor catedrático da cadeira de Administração Financeira e Orçamentária da Escola de Administração do Ceará. Secretário da Agricultura, Indústria e Comércio de 25 de março de 1963 e 8 de novembro de 1965.

Como Secretário da Agricultura presidiu o Conselho de Agricultura, a Junta Governativa da ANCAR-CE. E foi diretor da SUDEC. Visitou os Estados Unidos a convite do Departamento de Estado. Presidiu durante o ano de 1970 o Tribunal de Contas do Ceará. Nomeado pelo Governador César Cals para o cargo de Secretário do Interior e Justiça a 15 de março de 1972.



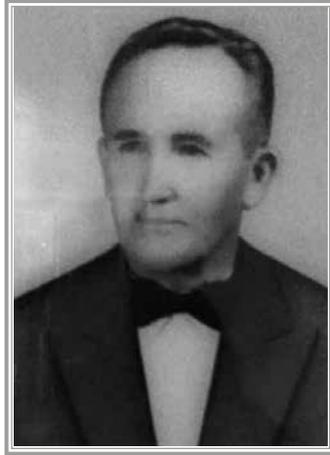
Haríolo Holanda Galvão
1965 - 1966

Nasceu em 11 de agosto de 1920, na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, vindo a falecer em 26 de junho de 1995, na mesma cidade, então com 74 (setenta e quatro) anos de idade.

Filho de Francisco Holanda Galvão e de Graziela Gomes de Holanda, estudou no Colégio São Luiz e depois no Liceu do Ceará. Kursou a Escola de Agronomia, hoje Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal do Ceará. Formado como Engenheiro Agrônomo, iniciou sua carreira profissional na Secretaria de Agricultura do Estado, sendo o agrônomo responsável pela Fazenda Normal

de Criação no Distrito de Uruqué, Município de Quixeramobim/CE, onde pesquisou melhoramento genético do gado bovino do estado. Continuou sempre na Secretaria de Agricultura, exercendo diversas funções até chegar à de Secretário. Foi um dos mentores do famoso PLAMEG I , plano de metas governamentais do Governo Virgílio Távora.

Deixou como legado à família e aos amigos o valor do estudo, honestidade, a retidão de caráter, a coragem e a alegria de viver.



Manoel Negreiros Bessa
1966

Filho de André de Holanda Bessa e Maria Amélia de Negreiros, nasceu em Alto Santo, no Ceará, em 20 de dezembro de 1910. Graduiu-se Engenheiro Agrônomo em 1938, pela Escola de Agronomia do Ceará.

Foi Diretor Geral de Agricultura e Secretário de Agricultura no Ceará (1966). Integrou-se no ensino agrônômico como Professor do Departamento de Zootecnia da Universidade Federal do Ceará, a partir de 1946.

Dedicou-se à pesquisa zootécnica da qual deixou livros e trabalhos publicados.

Sua dedicação ao magistério, ao trabalho de campo, e à execução da pesquisa da Zootecnia, foi de tal modo que a mensagem do seu exemplo frutificará para a posterioridade.

Faleceu em Fortaleza a 28 de Outubro de 1977.



Écio Pinheiro
1966

Nasceu na cidade do Jaguaribe no Estado do Ceará, no dia 24 de julho de 1918. Filho de Rosária Diógenes Pinheiro e Elizario Machado Pinheiro. Faleceu em 17 de maio de 2002.

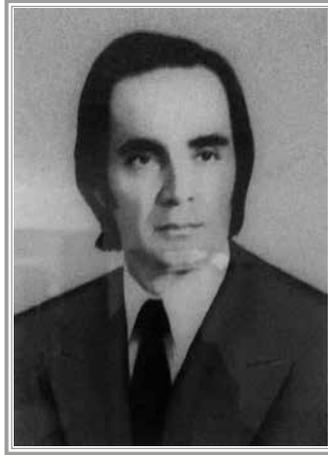
Graduou-se Engenheiro Agrônomo pela Escola de Agronomia do Ceará, onde iniciou-se no magistério, tornando-se professor de química orgânica da Universidade Federal do Ceará.

Foi professor de quase todos os colégios de Fortaleza, como: Colégio da Imaculada Conceição; Escola Normal; 7 de Setembro; Liceu do Ceará e Colégio São João.

Foi diretor da Escola de Agronomia Universidade Federal do Ceará.

Fez cursos de laticínios em Minas Gerais e fora do país. Foi eleito Deputado Estadual por quatro legislaturas (16 anos). Foi convidado pelo Governador Virgílio Távora para Secretário de Agricultura e muitas obras realizou.

Fundou o primeiro curso pré-universitário do Estado de Ceará e recebeu várias medalhas, entre elas a de Honra ao Mérito Agrônômico.



José Wellington Costa Rolim
1966 - 1967

Nasceu em Orós no Ceará no dia 03 junho de 1938. Filho de Eliseu Batista Rolim e Isaura Batista Rolim.

Engenheiro Civil e Industrial, graduado pela Escola Politécnica da Universidade Católica de Pernambuco em 1960.

A partir de 1960, passou a trabalhar na Empresa “Eliseu Batista S/A Comércio e Indústria” em Orós - CE. Nesta firma colaborou para a execução, do “Projeto Margarina” junto à SUDENE.

Ocupou vários cargos públicos, representou o Estado do Ceará nos trabalhos da “Primeira Carta

de Brasília”; no Governo Plácido Castelo, respondeu pelo expediente das Secretarias de Educação, Secretaria do Trabalho, Indústria e Comércio.

Foi Prefeito Municipal de Orós, eleito em 1976; Secretário de Serviços Urbanos da Prefeitura Municipal de Fortaleza; Secretario da SOTUSP - Secretaria de Obras, Transportes, Urbanismo e Serviços Públicos; Coordenador Geral das Obras do mutirão habitacional da Prefeitura de Fortaleza na gestão do Prefeito Ciro Gomes.

Sob a sua responsabilidade de Engenheiro Civil, muitas obras foram executadas: DNOCS; DAER-CE (Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem; DER-PI (Departamento de Estradas e Rodagem do PIAUÍ;

RFFSA - Rede Ferroviária Federal S/A; SOHIDRA — Superintendência de Obras Hidráulicas; MAISA - Mossoró Agro Industrial S/A; Prefeitura Municipal de Orós - Ceará; Secretaria de Educação do Estado do Ceará; Prefeitura Municipal de Fortaleza e Banco Francês Brasileiro S/A.



Antonio Ferreira Antero
1967 - 1968

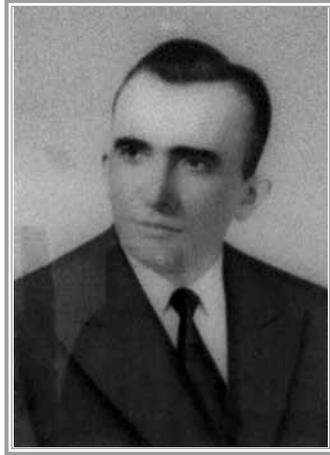
Nasceu em Icó no Ceará, em 18 de Julho de 1903. Filho de José Ferreira Antero e Maria Ferreira Antero.

Engenheiro Civil, graduado pela Escola Politécnica da Universidade do Rio de Janeiro em 1929. Participou da construção da obra do Monumento ao Cristo Redentor, no Corcovado, obra inaugurada oficialmente a 12 de outubro de 1931.

Em 1932 trabalhou, a convite do Diretor Geral do DNOCS, nas obras de socorro aos flagelados da seca em toda a área nordestina. Ocupou altos cargos de direção em mais de um Estado do Nordeste junto

ao DNOCS. Participou da construção de açudes públicos: “Pentecoste, Caxitoré no Vale do Curú, “Poço da Pedra” no município de Campos Sales. “Poço do Barre” no município de Morada Nova. Em 1968 e 1969 exerceu o cargo de Secretário de Agricultura do Estado do Ceará, no Governo de Plácido Castelo. Por mais de dez anos exerceu a Presidência do Conselho Rodoviário do Estado do Ceará, junto ao Departamento Autônomo de Estrada e Rodagens - DAER.

Faleceu no dia 15 de abril de 1985.



Mauro Barbosa Botelho
1968 - 1971

Nasceu em Fortaleza no dia 15 de dezembro de 1921. Filho de Antônio Botelho Filho e Clarice Babosa Botelho.

Bacharel em Letras, Ciências Jurídicas e Sociais. Engenheiro Agrônomo graduado pela Universidade Federal do Ceará - UFC.

Funções administrativas exercidas: Presidente da Associação dos Criadores do Ceará e Presidente do Registro Genealógico da Raça Holandesa e Secretário Interino de Viação Minas e Energia. Exerceu também as seguintes diretorias: Granja

Modelo, Divisão da Produção Animal, Departamento de Agricultura e Departamento de Assistência ao Cooperativismo. Diretor Geral do Laboratório de Biologia; Departamento de Pesquisas desta Secretaria.

Foi Procurador Judicial da Secretaria de Agricultura do Ceará; Superintendente do Desenvolvimento Agropecuário do Ceará; Delegado da SUDEPE e Presidente da Junta Governativa d a ANCAR.



José Waldir Pessoa
1971 - 1978

Nasceu em Caucaia no Ceará a 29 de outubro de 1929, sendo seus pais Raimundo Pessoa de Araújo e Júlia Pessoa de Araújo.

Fez os cursos primário e ginásial no Colégio Farias Brito e o colegial no Liceu do Ceará. Em 1956 Graduado pela Escola de Agronomia da Universidade Federal do Ceará.

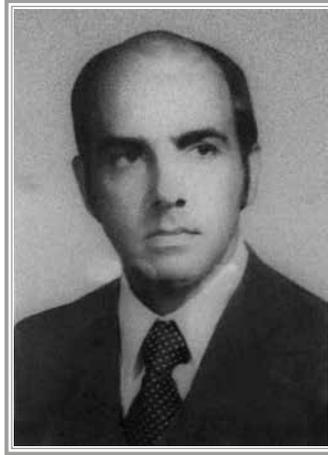
O currículo de José Waldir Pessoa foi posteriormente acrescido de numerosos cursos realizados no Brasil e nos Estados Unidos, a começar pelo de Pré-serviço em Extensão Rural - Cetreiro, ministrado em Recife-Pernambuco, em 1957. Segui-

ram-se os cursos de Administração frequentados em Washington, Pensilvânia, Texas e Universidade de Pardus (Indiana), no decorrer de 1958 e o Curso de Comunicação, em Kentucky, também nos Estados Unidos.

Novamente no Brasil, cumpriu o Curso de Crédito Rural Administrativo (1959) e o de Supervisão Regional em Extensão Rural, ambos em São Paulo, e o Curso de Comunicação e Administração para Executivos, ministrado por Arce Y Couto, técnico da ICA. Sob a responsabilidade da Fundação Getúlio Vargas, frequentou o Curso de Desenvolvimento para Executivos, realizado em Teresópolis no ano de 1966, e ainda o de classificação de Cargos e Política Salarial, na cidade fluminense de Paineiras (1967), o de Crédito Rural Executivo, organizado pela ANCAR e ICA (1968) e o de Segurança Nacional, feito em Fortaleza.

Conselheiro do Tribunal de Contas do Municípios. Ocupou o cargo de Secretário da Agricultura nos governo de César Cals, Aduino Bezerra e Valdemar Alcântara.

Faleceu a 30 de dezembro de 2015.



Mauro Barros Gondim
1978

Engenheiro Agrônomo. Sua formatura ocorreu em 1966, na Escola de Agronomia da Universidade Federal do Ceará.

Graduou-se Master of Science pela Universidade da Califórnia, Estados Unidos, na especialidade de Desenvolvimento Internacional Agrícola.

Possui vários cursos de aperfeiçoamento e extensão, no Brasil e no Exterior, sendo professor de Economia Rural II, no Centro de Ciências Agrárias da UFC. No setor administrativo foi Chefe de Departamento, Coordenador Adjunto e Coordenador Geral do Programa Universitário de Desenvolvimento Industrial do Nordeste (PRODINE),

Coordenador de Núcleo de Assistência Empresarial do Estado do Ceará, Presidente da EMATERCE (1976/1978), Presidente do Conselho Administrativo da CEASA (1978), Presidente do Conselho Curador da FUNCEME, Presidente do Conselho Administrativo da CEPESCA, Presidente do Conselho Administrativo da CODAGRO e Secretário de Agricultura e Abastecimento no Governo Waldemar Alcântara.



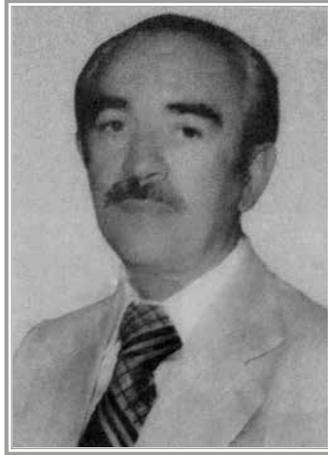
José Otamar de Carvalho
1979 - 1980

Nasceu em Fortaleza no Ceará em 26 de janeiro de 1937. É Engenheiro Agrônomo pela UFC e Economista (pela UFPE) e doutor em Economia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

Foi coordenador de Planejamento da Codevasf (1990/92); Coordenador de Planejamento Regional do IPEA (1985/86); Secretário de Agricultura e Abastecimento do Ceará (1979/80); Secretário de Planejamento e Operação do Ministério do Interior (1974/79); e Diretor da Assessoria Técnica da Sudene (1970/72). Trabalha como consultor independente, na área de planejamento e desenvolvimento regional desde 1992.

Responsável pela elaboração e/ou coordenação de Vários Planos e Programas de Desenvolvimento para os Estados da Bahia, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte e para Instituições como a SUDENE, DNOCS e CODE VASF.

Autor dentre outros livros, de “A Economia Política do Nordeste: secas, irrigação e desenvolvimento”, além de opúsculos e vários artigos sobre assuntos de sua especialidade.



Francisco Ésio de Souza
1980 - 1983

Nascido em Massapê a 24 de setembro de 1935. Filho de Joaquim Marques de Souza e Maria do Carmo Carvalho de Souza.

Engenheiro Agrônomo, graduado pela Escola de Agronomia da Universidade Federal do Ceará (1963), possui Curso de Economia Agrícola (SUDENE); Curso de Fertilidade de Solos (Universidade Federal Rural de Pernambuco), Curso Intensivo de Treinamento em Problemas de Desenvolvimento Econômico (CEPAL/SUDENE/BNDE);- Curso de Análise de Tomada de Decisões KEPNER - TREGOE, INTERNACIONAL), e Curso de Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra (ADESG).

Desempenhou as seguintes funções e cargos no Serviço Público: Professor do V Curso de Capacitação em planejamento Agrícola; Chefe da Divisão de Pesquisa e Experimentação Agropecuária do Departamento de Agricultura e Abastecimento da SUDENE; Representante da SUDENE junto ao Conselho Deliberativo do Instituto de Pesquisa Agronômica de Pernambuco; Representante da SUDENE junto ao Protocolo de Intenções para Integração do Programa Agrícola SUDENE/BNB/EMBRAPA; Membro do Comitê Consultivo do Coqueiro - FAO - Nações Unidas; Coordenador a Nível Regional do PROJETO AUTÔNOMO DE OLEAGINOSAS da SUDENE/DAA; Membro da BRASCAN/NORDESTE; Assistente Técnico do Superintendente da SUDENE, Superintendente de Operações da SUDENE; Diretor do Departamento da Agricultura e Abastecimento - DAA, da SUDENE; Assessor do DNOCS; Secretário da Agricultura e Abastecimento (1980-1983), Secretário do Interior.

Dos trabalhos publicados, os mais citados são “La Cocoterai du pernambouc” (Revue Internationale des corps gras, Paris) co-autoria; “Aspectos da Cultura do Coqueiro no Nordeste” (SUDENE); Coconut Breeding (The Plant News - FAO - Roma); e “Contribuição ao Desenvolvimento das espécies Oleaginosas do Nordeste” (SUDENE).

Sócio efetivo do Instituto do Ceará.



Alfredo Lopes Neto
1983-1986

Nasceu em Fortaleza no Ceará no dia 03 de setembro de 1947, é filho de Alfredo Lopes Filho e Maria Aila Gadelha Lopes. Engenheiro Agrônomo formado pela Universidade Federal do Ceará.

Contribuiu com a Implantação da EPACE; Coordenou o Projeto “ Enxertia de Cajueiros”, executado em várias Empresas Agroindustriais de caju, Participou da missão e Expedição Científica a Moçambique, Tanzânia, Quênia e Índia para a elaboração do trabalho “A Agroindústria do caju em países concorrentes do Brasil”. Em 1978, prestou assessoria ao Governo da República de Honduras no tocante

a plantios sistematizados de cajueiros e coqueiros a serem implementados no Projetos de Reforma Agrária, a convite do Itamarati.

Participou na elaboração e Planos de Governo, como: “I Plano Quinquenal de Desenvolvimento do Estado do Ceará I PLADECE (1975 a 1979) e II PLAMEG (1979-1983).

Exerceu os seguintes Cargos Públicos: Coordenador do Projeto SAREM de acompanhamento de controle de planos de Governo; Diretor do Departamento de Planejamento e Coordenação do Estado do Ceará; Secretário de Planejamento do Estado (Substituto); Secretário Executivo do IPLANCE (Substituto), Coordenador de Planejamento Global do IPLANCE e Coordenador de Planejamento Setorial e Secretário de Agricultura e Abastecimento do Estado do Ceará (1983-1986).

Foi professor do Departamento de Economia Agrícola da UFC, até de Julho de 1978. Coordenador e autor de inúmeros trabalhos publicados na área de Planejamento Agrícola e várias de suas pesquisas sobre a agroindústrias do caju foram publicadas sob o patrocínio de órgãos do Governo.



Geraldo Arraes Maia
1986 - 1987

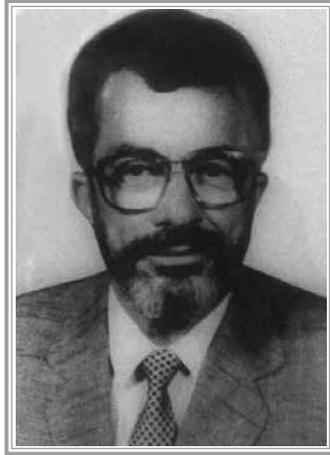
Nasceu em 08 de dezembro de 1939 em Fortaleza no Ceará. Filho de Clóvis Arrais Maia e Jalva Arrais Maia.

Engenheiro Agrônomo (pela UFC), mestre em tecnologia de Alimentos (Universidade da Califórnia - Davis (USA) e PHD em Ciência dos Alimentos (Universidade do Arizona - Tucson (USA)). Foi fundador do Departamento de Tecnologia de Alimentos da UFC. Exerceu os cargos públicos de secretário de Agricultura e Abastecimento do Estado do Ceará de (1986-1987); Presidente da Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado do Ceará (EPACE).

Exerce a função de Pesquisador do CNPq Nível 1 - A. Desde de 1975 Professor do Departamento de Tecnologia de Alimentos da UFC. Possui uma produção científica correspondendo a 185 trabalhos publicados no Brasil e exterior. Tem vários livros publicados.

Atuou como Assessor Técnico, destacando-se os seguintes: FUNCAP; Ministério da Agricultura e Abastecimento; Revista Brasileira de Fruticultura; CNPq; Jandaia Agroindústria Ltda; Cedex Alimentarius - sucos.

Participou de viagens de Estudos, Conferências e Seminários (Alemanha; Argentina; Austrália; Cuba; Dinamarca; Espanha; França; USA; México e Itália).



Eudoro Walter de Santana
1987-1989

Engenheiro Civil graduado em 1962 pela Escola de Engenharia da Universidade Federal do Ceará, em seguida realizou pós-graduação na Universidade Federal da Bahia.

Ampliou seus conhecimentos em mais 12 cursos de extensão universitária, afora diversos estágios em Instituições de Ensino e Pesquisa do Brasil e do exterior.

Participou de inúmeros congressos, seminários e outros eventos congêneres, direcionando a sua vocação prospectiva para a realidade do Nordeste semiárido, na tentativa de encontrar soluções para sua agricultura e pecuária. E foi assim que ingres-

sou no setor primário, patrocinando experiências de lavradio e desenvolvendo técnicas de criatório, com ênfase na avicultura, suinocultura e piscicultura.

No setor secundário, chegando a exercer funções de diretoria em pelo menos oito empresas da zona do Cariri, dentre elas, a CECASA e a NOR-GUAÇU, na área industrial da Cerâmica e a LUNA S/A.

Como político chegou à condição de Secretário Geral do PMDB no Ceará, ficando entre os suplentes desse partido junto à Assembleia Legislativa do Ceará.

Nomeado Diretor Regional do INCRA, foi bem sucedido em sua missão. Eleito Deputado Estadual, interrompeu o seu mandato parlamentar para entregar-se aos desafios da Secretaria de Agricultura e Reforma Agrária do Estado do Ceará.



Diógenes Cabral do Vale
1989 - 1990

Nasceu em Fortaleza no Ceará no dia 27 de fevereiro de 1932 e faleceu em Recife no dia 23 de outubro de 2000.

Engenheiro Agrônomo, diplomado pela Universidade Federal do Ceará (UFC).

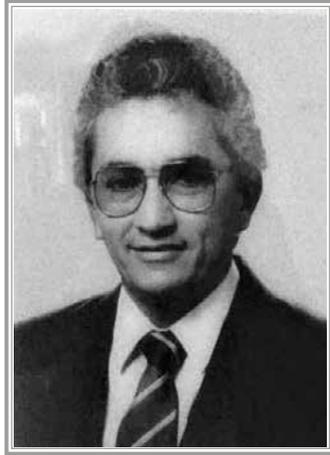
Foi professor da Universidade Federal do Ceará, no Departamento de Fitotecnia do Centro de Ciências Agrárias e Coordenador do Curso de Pós-Graduação em Fitotecnia. Obteve os títulos de “Master of Science” e de “Philosophy Doctor” pela Universidade do Arizona (U.S.A):

Em 1974 assumiu a superintendência da

BRASCAN NORDESTE, foi presidente da Empresa Pernambucana de pesquisa Agropecuária - IPA, consultor do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura - IICA. Junto à Diretoria Norte-Nordeste da Embrapa, coordenou a elaboração do Programa Nacional de Pesquisa do Cajueiro, que permitiu a criação do Centro Nacional de Pesquisa do Cajueiro, em Pacajus-Ce.

Exerceu os cargos de Assessor Técnico da Sudene e de Secretário da Agricultura e Reforma Agrária do Estado do Ceará, no período de 29 de Agosto de 1989 a 1º de março de 1990. Em 1999 foi Superintendente do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - Senar.

Ocupou a cadeira nº 3, na Academia Pernambucana de Ciência Agronômica.



José Moreira de Andrade
1990 - 1991

Nasceu em 22 de janeiro de 1946 em Limoeiro do Norte no Ceará. Filho de Antônio Franklin de Andrade e de Maria Moreira de Andrade.

Em 1975 graduou-se Engenheiro Agrônomo pela Escola de Agronomia da Universidade Federal do Ceará (UFC). Ainda pela UFC concluiu o Mestrado em Agronomia em 1980.

Admitido pelo DNOCS, integrou Grupo de Trabalho e participou da construção de vários açudes públicos. Em 1975 é contratado como Engenheiro Agrônomo nesse órgão.

Eleito em 1986, Presidente da Associação de Engenheiros Agrônomos do Estado do Ceará.

Assumiu vários cargos na administração pública: Assessor Técnico, Coordenador da Assessoria de Planejamento e Coordenação, Diretor do Departamento de Apoio à Produção, Chefe de Gabinete, Subsecretário e Secretário nesta Secretaria, quando Secretaria de Agricultura e Reforma Agrária(SEARA).

Foi Secretário de Recursos Hídricos, Presidente da Empresa de Pesquisa Agropecuária do Ceará, Diretor Presidente da Companhia Estadual de Desenvolvimento Agrário e de Pesca (CEDAP) e da Companhia de Habitação do Ceará, COHAB/CE. De 2000 a 2001 exerceu a Superintendência do INCRA no Ceará.



Antonio Enock de Vasconcelos
1991 - 1994

Cearense de Fortaleza, nascido em 12 de junho de 1943. Filho de Francisco Alequy de Vasconcelos e Júlia Medeiros de Vasconcelos.

Formado em Engenharia Agrônômica, pela Universidade Federal do Ceará, e Mestre em Economia Agrícola pela Universidade de Arizona (Estados Unidos).

Integrou o Grupo do Vale do Jaguaribe / SU-DENE na área de Experimentação Agrícola. De 1967-1968 Coordenou a Área de Experimentação Agrícola da SUDEC.

Funcionário do Banco do Nordeste (BN), Técnico em Desenvolvimento Econômico, trabalhou como Analista de Projeto do antigo Departamento Rural - DERUR do BN.

Em 1986 foi Coordenador de Estudos Agropecuários do Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste - ETENE./BN. Coordenou também o 1º Programa do Fundo Constitucional do Desenvolvimento do Nordeste (FNE) para o setor primário.



Pedro Sisnando Leite
1995 - 2002

Filho de Álvaro Sisnando Leite e Antônia Guedes Sisnando, nasceu em Santana do Cariri (CE) em 13 de maio de 1933. Iniciou seus estudos em Missão Velha e Crato, transferindo-se para Fortaleza para fazer o serviço militar na Base Aérea de Fortaleza.

Fez curso de Contador na Escola Técnica do Comércio Fênix Caixeiral (1954). Curso Superior de Ciências Econômicas na Universidade Federal do Ceará (1958). Participou do Programa de Pós-Graduação em Planejamento e desenvolvimento Rural no Settlement Study Centre, de Rehovot Is-

rael (1963). Fez vários Cursos de Desenvolvimento Rural no Brasil e no exterior.

Na Universidade Federal do Ceará é professor titular aposentado no Programa de Mestrado do CAEN/ Economia e Ciências Agrárias (1970- 1995). Foi Pró-Reitor de Planejamento (1981-1984 / 1991-1995).

Foi economista e chefe de Divisão de Estudos Agrícola do Departamento de Estudos Econômicos do Banco do Nordeste do Brasil. Foi economista-chefe substituto do BNB na Administração Raul Barbosa: Durante esse período fez várias cursos de especialização no Brasil e no exterior. Escreveu 30 livros sobre o desenvolvimento econômico e rural, além de 300 artigos em revistas especializadas (2002).

Exerceu o Cargo de Secretário de Agricultura e Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural nos governos Tasso Jereissati e Beni Veras. Fez a reforma do Sistema Estadual de Agricultura com nova organização do Sistema Gerencial Unificado da Secretaria, Assistência Técnica (EMATERCE), Instituto de Desenvolvimento Agrário (IDACE), Central de Abastecimento (CEASA) e Companhia de Abastecimento (CEDAP). Foram destaque de Administração do Secretário Pedro Sisnando Leite a criação dos programas pilotos e depois federalizados para todo o país: Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Pro-

grama de Reforma Agrária Solidária e Programa de Seguro-Safra.

Pedro Sisnando Leite é sócio do Instituto Histórico e Geográfico do Ceará e sócio Fundador da Academia Ciências Sociais do Ceará e da Academia Cearense de Ciências (dos quais foi membro da Diretoria por vários anos).

O Secretário Pedro Sisnando foi gestor do Projeto São José de Redução da Pobreza no Ceará e presidente do Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural. Não tem filiação política partidária.

Seus livros estão na Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos e editados também em formato de ebook (português e inglês) em vários sites: www.academia.edu (americano), www.ecometrix.com.br, www.estradafacil.com.br entre outros.

Professor Pedro Sisnando Leite foi representante no Ceará Bengis Center for Entrepreneurship and High-Tech Management Guilford Glazer Faculty of Business and Management.

Foi bolsista pesquisador do Conselho Nacional de Pesquisa (1988-1992).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Francisco Alves de. Renato Braga: in memoriam: subsídios para a história da cultura no Nordeste. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1969. 242p.

ANUÁRIO DO CEARÁ. 1972. Fortaleza: Stylus-Consultoria, 1972. p.211.

_____ 1974. p.183.

_____ 1982-83. p. 199-200.

_____ 1983-84. p. 212.

_____ 1979-80. p. 133.

AZEVEDO, Rubens de. **Os 40 da Casa do Barão**: primeiro centenário do Instituto do Ceará. Brasília, 1983. 293p.

GIRÃO, Raimundo; SOUSA, Maria da Conceição. **Dicionário da literatura cearense**. Fortaleza: IOCE, 1987. 233p.

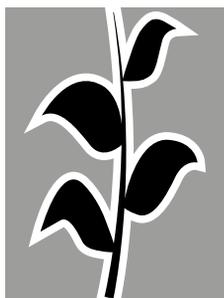
STUDART, Guilherme (Barão). **Dicionário biobibliográfico cearense**. Fortaleza: Typ. Minerva, 1915. v.3.

REVISTA DO INSTITUTO DO CEARÁ. Fortaleza: Instituto do Ceará, v.100, p. 243-264, jan./dez. 1980.

ANEXOS

**ALGUNS PROJETOS
EXECUTADOS
NA GESTÃO DO SECRETÁRIO
PEDRO SISNANDO LEITE
1995 - 2002**

GOVERNO TASSO JEREISSATI



REFORMA AGRÁRIA
SOLIDÁRIA
Cédula da Terra

O Que é o Projeto

O Projeto Reforma Agrária Solidária - Cédula da Terra trata da continuidade da experiência bem-sucedida desenvolvida em caráter pioneiro pelo Governo do Estado do Ceará, através do Projeto Piloto de Reforma Agrária Solidária. Tem como finalidade desenvolver novo modelo de reestruturação agrária, no qual os trabalhadores sem-terra e minifundiários, através de suas Associações, negociam a aquisição de terras diretamente com os proprietários rurais, obtendo financiamento reembolsável para aquisição da terra e financiamento não reembolsável (a fundo perdido) para os investimentos necessários.

Quem pode participar

O Projeto tem como público-meta os trabalhadores rurais sem terra e os que possuem pouca terra, organizados em Associações, abrangendo todo o Estado do Ceará, com exceção do município de Fortaleza.

Requisitos para participação

- ser produtor rural sem terra ou proprietário de terra caracterizada como minifúndio;
- ser chefe ou arrimo de família, inclusive mulher

responsável pela família;

- ter tradição na atividade agropecuária;
- ser maior de idade ou emancipado;
- manifestar a intenção de adquirir por compra, via sua Associação, um imóvel rural que lhe permita desenvolver atividades produtivas;
- possa apresentar um ou mais proprietários dispostos a vender-lhe o imóvel que deseja adquirir; e
- assumir o compromisso de reembolsar as quantias que forem financiadas para a compra do imóvel (ver Condições de Financiamento).

Será vedado o financiamento para agricultores que já tenham sido beneficiados pela Reforma Agrária Solidária - Cédula da Tetra, ou por qualquer outro programa governamental com objetivos e características semelhantes, mesmo que seus débitos tenham sido liquidados.

Tipos de Subprojetos

O Projeto financiará a aquisição de imóveis rurais para assentamento de famílias rurais através da apresentação, pela sua Associação, de Subprojetos de Aquisição de Terras - SAT, visando à redistribuição de terras no Estado, como meio de combater a pobreza rural. Os imóveis elegíveis para aquisição deverão apresentar potencialidade de exploração sustentável de seus recursos naturais e razoável infraestrutura produtiva, capaz de, com baixo nível

de investimentos adicionais, dar o suporte sócio-econômico às famílias beneficiárias que satisfaçam os seguintes requisitos:

a) sejam livres de penhoras ou quaisquer outros ônus ou impedimentos legais que possam inviabilizar a operação de compra-e-venda;

b) tenham preço compatível com os normalmente praticados no mercado, dada a sua localização e fertilidade natural de suas terras (potencial de uso econômico);

c) sejam livres de invasores e de litígio;

d) tenham condições de acesso, dispendo de aguadas ou condições para implantá-las e razoável infraestrutura;

e) disponham de áreas próprias e suficientes para o desenvolvimento econômico das atividades agropecuárias e capacidade de absorver o número de famílias beneficiárias;

f) apresentem, devidamente demarcadas e averbadas nas escrituras, as áreas de reserva legal, admitindo-se que esta demarcação, sob a responsabilidade da Associação adquirente, seja feita durante a implementação do Subprojeto, com os custos correspondentes podendo ser incluídos no financiamento;

g) não estejam localizados em reservas indígenas não demarcadas;

h) não sejam ocupados com florestas primárias;

i) possuam área mínima igual ao resultado da

multiplicação do número de famílias beneficiárias pelo módulo rural da região de localização do imóvel. Área inferior somente será elegível se os beneficiários decidirem não fazer o parcelamento formal do imóvel em data futura.

Subprojeto de Investimentos Comunitários - SIC

O Projeto financiará investimentos comunitários, priorizados pela comunidade, denominados Subprojeto de Investimentos Comunitários - SICs.

No caso de Subprojetos Produtivos, terá que ser demonstrada a viabilidade técnico-financeira.

Em relação aos Subprojetos Sociais, serão financiados aqueles cuja demanda dos serviços não é satisfeita pelos poderes públicos, municipal/estadual, e desde que geridos pela comunidade. No caso de infraestrutura, serão financiados Subprojetos que apoiem o desenvolvimento econômico e social das comunidades que não estejam sendo providos pelo poder público.

Para fins de financiamento, serão considerados elegíveis os SICs que apresentem as seguintes características:

a) tenham sido identificados como prioritários pelas comunidades beneficiárias e que, uma vez exe-

cutados, permaneçam sob a propriedade, controle, operação e manutenção das Associações, mediante a formação de um fundo de reserva;

b) não façam parte dos investimentos que, sob nenhuma circunstância, serão objeto de financiamento por parte do Projeto, como bares, fabricação de bebidas alcoólicas, templos religiosos, sedes de partidos políticos, veículos e projetos sociais (escolas, creches e postos de saúde), se já atendidos pelos poderes públicos;

c) apresentem um período máximo de implantação de um ano, vedada a possibilidade de Subprojetos em fases ou fracionados.

Recursos e Metas

O programa contará com o equivalente a US\$30 milhões para o Estado do Ceará aplicar no período de 1997/99, sendo de aproximadamente 50% para financiamento reembolsável da terra e a outra metade para financiamento a fundo perdido de investimentos necessários, nos imóveis rurais financiados.

Atender, no período 1997/99, cerca de 3 mil famílias rurais, com uma área de 88.000 ha, e implantar cerca de 400 obras de investimento.

Doação para instalação das famílias

O Projeto prevê a concessão, a fundo perdido para cada família beneficiada do valor R\$1.300,00 como forma de autosustentação no primeiro ano de instalação.

Doação para instalação das famílias

A Reforma Agrária Solidária - Cédula da Terra deverá contar com a participação de dois Agentes Financeiros, que terão as seguintes atribuições:

Banco do Nordeste

- Gerenciar a Conta fundiária - CF, por delegação do INCRA.
- Receber os Subprojetos de Aquisição de Terras - SATs, encaminhados pela SDR e contratar os financiamentos com os beneficiários, através de suas Associações.
- Efetuar, quando autorizado, os pagamentos previstos nos SATs, diretamente aos proprietários dos imóveis rurais adquiridos e prestadores de serviços.
- Receber os recursos da amortização da dívida contraída pelos beneficiários, retornando-os à Conta Fundiária.
- Banco do Brasil
- Gerenciar a conta especial do Estado que conterà os recursos destinados aos investimentos, por dele-

gação do INCRA.

- Liberar, quando autorizado pela SDR, os recursos à conta específica da Associação beneficiária, ou fornecedor de bens e prestadores de serviços, referentes aos Subprojetos de Investimentos Comunitários - SICs.
- Apresentar periodicamente à SDR e IDACE demonstrativo dos recursos repassados aos beneficiários, como base para prestação de contas junto ao Banco Mundial e à Comissão Consultiva da Reforma Agrária Solidária - Cédula da Terra.
- Encaminhar cópias dos documentos de despesas, recebidas das Associações dos beneficiários, à SDR e IDACE.

Como participar do Projeto

Os seguintes passos deverão ser seguidos pelos Produtores Rurais: Subprojeto de Aquisição de Terras - SAT

1) A Associação procede à escolha do imóvel a ser adquirido, bem como discute as bases da transação com o proprietário.

2) Preenche o Formulário da Proposta de Financiamento, indicando no mesmo os Subprojetos adicionais de investimento.

3) Solicita do(s) proprietário(s) a Declaração de Intenção de Venda do Imóvel.

4) Encaminha os documentos acima para o IDACE.

5) O IDACE analisa a documentação apresentada pelos beneficiários e pelo(s) proprietário(s), elabora a Análise de Financiamento para aquisição do Imóvel Rural e emite parecer sobre a transação, encaminhando-os à SDR.

6) A SDR recebe o Subprojeto do IDACE, procede ao enquadramento normativo, emite parecer fío e autoriza o Banco do Nordeste a realizar a contratação da operação de financiamento.

7) O BANCO DO NORDESTE procede à contratação do financiamento do Subprojeto e libera os recursos financeiros diretamente para o proprietário vendedor e fornecedores de serviços incluídos no SAT.

8) Finalmente a EMATERCE providencia a Assistência Técnica aos Trabalhadores Rurais beneficiados. As propostas que forem rejeitadas poderão ser submetidas, em grau de recurso, à apreciação final da Comissão Estadual da Reforma Agrária Solidária - Cédula da Terra.

Subprojeto de Investimentos Comunitários - SIC

1) A Associação dos beneficiários identifica e prioriza os investimentos necessários, solicita a elaboração do(s) Subprojeto(s) identificado(s), median-

te o preenchimento de uma Proposta de Financiamento e encaminha a referida proposta à SDR, que por sua vez envia ao Órgão Estadual Co-Participante - OEC, que tenha afinidade com o investimento, para que este proceda à elaboração do Subprojeto.

2) O Órgão Estadual Co-Participante apoia a Associação na elaboração do Subprojeto, emite parecer técnico e o encaminha à SDR.

3) A SDR recebe o Subprojeto do OEC, providencia o enquadramento normativo, emite parecer final, prepara Convênio e o envia para o Banco do Brasil.

4) O Banco do Brasil institui o convênio de financiamento do Subprojeto e libera, através de conta específica, os recursos financeiros diretamente para as Associações.

Condições de Financiamento

Do Imóvel Rural - Subprojeto de Aquisição de Terras (SAT)

- não há limite estabelecido para o valor do financiamento que inclui o Imóvel Rural e outros custos previstos para escritura, registro, transmissão e levantamento topográfico;
- prazo para pagamento até 10 anos;

- carência até 3 anos;

- abrangência do financiamento:

- terra e benfeitorias;
- escritura e registro;
- remuneração do Agente Financeiro;
- levantamento de área e demarcação dos limites;
- encargos sobre os saldos devedores: TJIP;
- tomador: Associação dos beneficiários.

Dos Investimentos - Subprojeto de Investimentos Comunitários (SIC)

- financiamento a Fundo Perdido de 90% do valor do investimento (SIC);
- participação dos beneficiários de 10% do total do investimento, através de mão de obra, materiais ou em dinheiro.

Comissão Estadual Consultiva

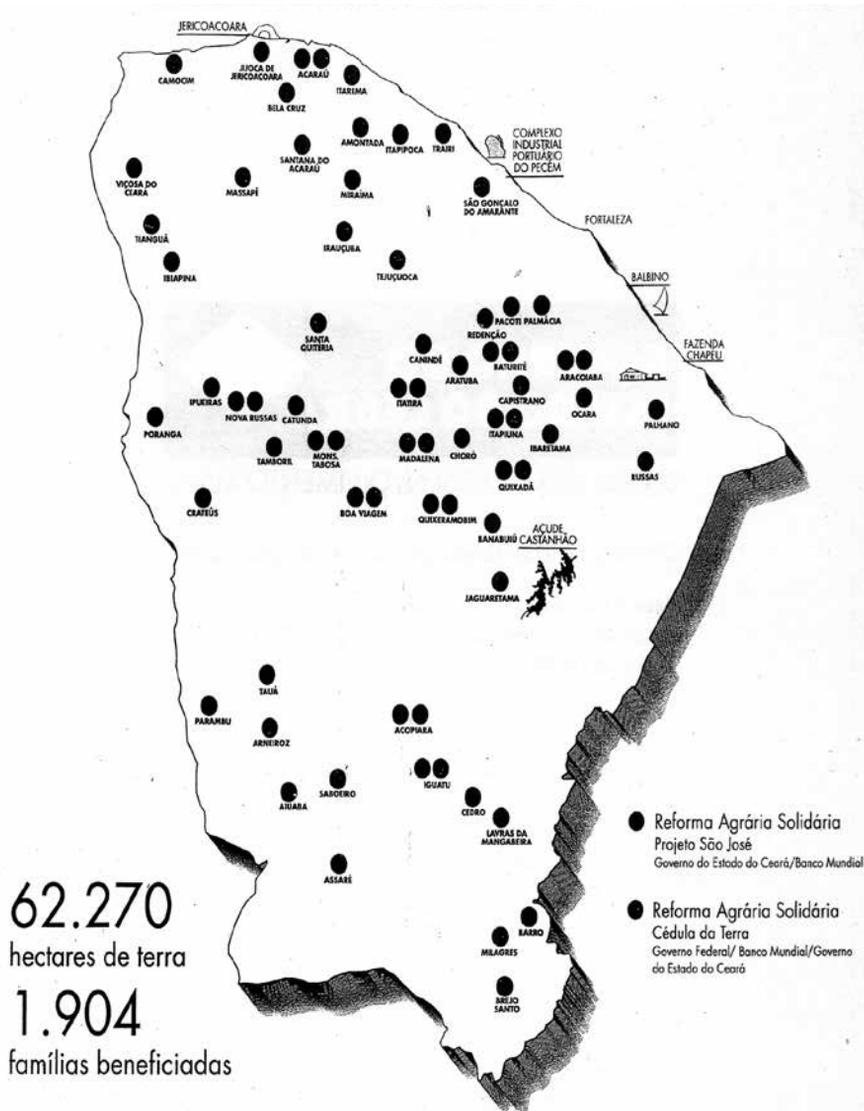
O Projeto contará com um Órgão Colegiado denominado Comissão Estadual Consultiva, com as seguintes características:

Composição

- representantes dos Órgãos Estaduais envolvidos;
- representantes dos Órgãos e Associações; dos trabalhadores rurais;
- representante do INCRA.

Atribuições

- estabelecer diretrizes gerais do Projeto e planejar sua execução;
- apreciar e aprovar o Plano Operativo Anual - POA, antes de seu envio ao INCRA e Banco Mundial;
- apreciar, em grau de recurso, propostas de Subprojetos de Aquisição de Terras - SAT;
- avaliar o desempenho do Projeto, com base em relatórios fornecidos pela SDR, IDACE e INCRA, reorientando-o quando necessário.





HORA DO ALGODÃO

PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DA COTONICULTURA

Você ainda tem medo do bicudo?

O bicudo era um verdadeiro bicho-de-sete-cabeças, uma praga que praticamente acabou com a cultura do algodão no Nordeste do Brasil e em vários outros países.

Não é mais.

Já existem formas de controlar o bicudo, com plantações muito mais produtivas do que as de antigamente.

Hoje em dia, plantar algodão é um grande negócio. Sabe por quê?

Tem semente selecionada - A Secretaria da Agricultura já dispõe de sementes de variedade altamente produtiva de algodão herbáceo, à disposição de quem deseje plantar. **Tem assistência técnica** - Mais de 300 técnicos da Ematerce, especializados em algodão, estão à disposição dos agricultores para orientar no plantio e nas técnicas de controle do bicudo. Eles orientam também sobre como obter crédito.

Tem crédito disponível - O Banco do Nordeste e o Banco do Brasil dispõem de recursos para empréstimos de custeio e comercialização, com prazo de pagamento alongado e juros abaixo dos de mercado.

Tem comprador certo - O Governo do Estado garante a comercialização do algodão. Todo o algodão produzido e comprado pelas indústrias, e o parque têxtil do Estado está se ampliando, o que significa aumento da demanda.

Mas atenção: o resultado só é garantido Se o agricultor seguir direito as instruções da EMBRAPA/EMATECE.

Por isso, se você quer plantar algodão, o primeiro passo é pedir uma visita do técnico da Ematerce de sua cidade ou ligar para (085) 287.1115 - Marcos Vinícius Assunção, Secretário Executivo do Programa Hora do Algodão.

Metas para o ano 2000

Implantar 118.000 ha de algodão.

Obter 174.000t de algodão em caroço, originando em consequência 61.000t de pluma, 104.000t de caroço, 13.572t de óleo e 97.440t de torta.

Aumentar a oferta de empregos no meio rural, de modo que no final do período tenham sido criados 97.460 empregos diretos nas lavouras de algodão.

Objetivo

*Elevar a produção de algodão do Estado, de forma sustentada e permanente, pela substituição de variedades e pela expansão da área plantada;

*Elevar o nível de produtividade do algodão, com a introdução de tecnologias apropriadas, possibilitando assim melhorar os níveis de exploração da cultura;

*Assegurar mecanismos de garantia da comercialização do algodão em caroço e em fibra;

*Apoiar o plantio de algodão herbáceo irrigado.

O que é o programa

O Programa de Desenvolvimento da Cotonicultura Cearense - Hora do Algodão visa desenvolver de forma sustentável a cultura do algodão, tendo como fundamento as atividades interligadas de suprimentos de sementes, capacitação de produtores, assistência técnica sistemática, concessão de financiamento agrícola, comercialização do produto e, acima de tudo, ações conjuntas e harmônicas do setor produtivo, industrial, governamental e municipal, com vistas ao soerguimento da cotonicultura do Ceará.

O que é o programa

A Empresa de Assistência Técnica do Estado do Ceará • EMATERCE e os órgãos financiadores deverão proceder à inscrição e cadastramento dos produtores.

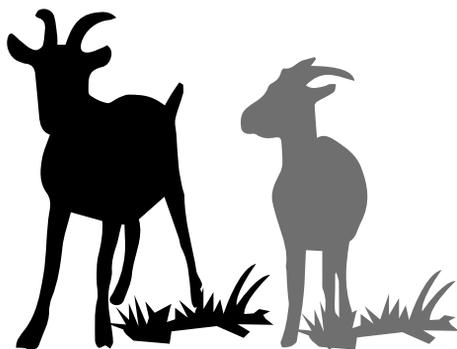
Serão inscritos produtores que atendam aos seguintes requisitos:

1. Ser proprietário ou arrendatário com disponibilidade de área mínima de dois hectares para plantio com algodão;
2. Ser receptivo ao emprego das técnicas propostas pela EMBRAPA/ EMATERCE/EPACE;
3. Estar localizado na área de atuação do programa;
4. Aceitar as normas do agente financiador;
5. Ter área de plantio localizada próxima às vias de acesso para o escoamento da produção.

Assistência Técnica

A EMATERCE prestará assistência técnica intensiva aos produtores envolvidos no programa, através de visitas e recomendações técnico-científicas, em consonância com o pacote tecnológico proposto pela pesquisa. Caberá ainda à EMATERCE orientar os produtores na utilização de sacarias de

algodão e/ou juta (evitando assim sacaria de polipropileno) durante a colheita do algodão, bem como no arranquio e em queima dos restos culturais. Por outro lado, a Secretaria da Agricultura e Reforma Agrária SEARA apoiará as usinas de beneficiamento na classificação do algodão em caroço, objetivando a melhoria da qualidade do produto. A assistência técnica será também de responsabilidade das prefeituras, cooperativas e usineiros, Os recursos serão destinados para custeio, investimento e comercialização, obedecendo os requisitos necessários em cada linha de financiamento.



OVINO / CAPRINO

O que é o programa

O Programa de Ovinocaprinocultura visa estimular a exploração autossustentável das atividades de criação de cabras e ovelhas, como parte de uma estratégia de incremento da pecuária que se alinha ao plano de desenvolvimento sustentável do Governo do Ceará.

Realizado com a colaboração do Governo Federal, por intermédio da Embrapa, do Banco do Nordeste do Brasil - BNB e do Banco do Brasil, o programa tem

Objetivo específico

Como objetivo específico oferecer crédito e qualificação profissional para possibilitar a implantação, em 99 municípios do Ceará, de unidades produtivas de ovinos e caprinos, de modo a:

- Aumentar a produtividade dos rebanhos ovino e caprino.
- Gerar emprego e renda para as populações rural e urbana.

As unidades serão implantadas por meio de financiamento a produtores, que receberão assistência técnica da Ematerce na adoção de novas tecnologias

no que se refere a alimentação, sanidade, melhoramento genético e manejo de cabras leiteiras.

Resultado esperado

- Melhoria do padrão racial dos rebanhos, com vistas à especialização na produção de carne, leite e pele.
- Aumento da oferta de carne, leite e pele, em qualidade compatível com as exigências do mercado consumidor.
- Regularidade e modernização na comercialização dos animais, dos produtos ofertados e de seus derivados.
- Estabelecimento de Pólos Comerciais em regiões carentes do Ceará, com rebanhos “de referência”, inclusive para exportação de animais.

Condições

1. Ser proprietário ou arrendatário rural, desde que disponha de área mínima de 100 hectares, localizados na área de implantação do projeto.
2. Possuir tradição no criatório de caprinos e/ou de ovinos.
3. Ser receptivo à adoção das tecnologias preconizadas pelo programa.

4. Atender às exigências do agente financiador.

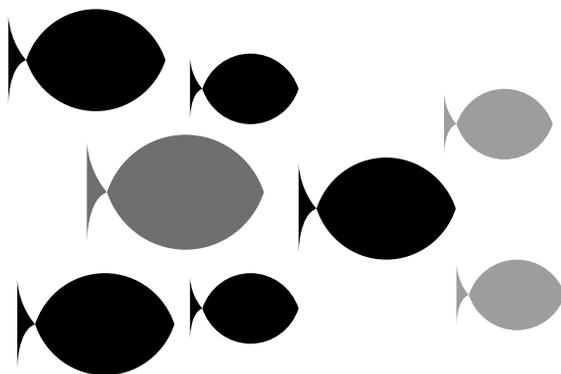
Os produtores interessados na implementação das unidades deverão se cadastrar nos escritórios da Ematerce. A empresa orientará na elaboração dos projetos e, uma vez que estes sejam aprovados tecnicamente, os produtores poderão dar entrada nos pedidos de financiamento junto ao Banco do Nordeste do Brasil - BNB.

A Ematerce proverá assistência técnica e ministrará cursos de qualificação para os produtores, com o objetivo de aprimorar a sua capacitação para o manejo com base em tecnologias mais produtivas. Os cursos serão realizados com a participação também da Embrapa, da UFC, da UFC e da Epace.

Área de abrangência

O Programa de Ovinocaprinocultura contempla uma área compreendida por 99 municípios, na qual se encontra a maioria dos rebanhos ovino (78,8%) e caprino (75%) do Estado. A área é composta pela região de Fortaleza e pelas microrregiões do Baixo Jaguaribe, Sertões de Quixeramobim, Sertões de Crateús, Sertões de Canindé, Sertões de Inhamuns, Médio Jaguaribe, Sobral, Uruburetama, Sertões de Senador Pompeu, Ibiapaba Meridional, Sertões do Cariri, Litoral de Camocim e Acaraú, e Santa Quitéria.

PROPEIXE



Mais informações

- Produzir e distribuir 78 milhões de alevinos.
- Implantar 225ha de viveiros.
- Produzir 39.060t de pescado, o que representa um incremento a cada ano de mais de 100% da atual produção dos açudes administrados pelo DNOCS, que gira em torno de 10.000t.
- Instalar 4 Centros de Formação e Capacitação de Piscicultores, aproveitando a estrutura existente.
- Recuperará 2 Unidades de Produção de Alevinos. Recuperar e reaparelhar 3 Unidades de Beneficiamento do Pescado.
- Realizar 3 cursos para técnicos de nível superior.
- Realizar 30 cursos de curta duração para produtores na área de cultivo e tecnologia do pescado.
- Implantar 15 postos de revenda de insumos e material de pesca
- Assistir 103 comunidades.
- Realizar 39 experimentos em piscicultura intensiva e superintensiva.
- Implantar 25 unidades de observação e demonstração.
- Realizar estudo de cadeia produtiva do pescado.

O que é o programa

O Propeixe é um Programa do Governo do Ceará destinado a desenvolver piscicultura em águas continentais (represas, lagos, lagoas, canais de irrigação e açudes), como parte de uma estratégia mais ampla para promover o desenvolvimento equilibrado do Estado, em bases sustentáveis. Realizado em parceria como Governo Federal, por intermédio do DNOCS com a participação da iniciativa privada, o programa tem como objetivos específicos:

- Aumentar a oferta de alevinos de boa qualidade biológica e valor comercial.
- Prover assistência técnica aos produtores.
- Treinar piscicultores e capacitar técnicos nos níveis médio e superior.
- Estimular o associativismo.
- Estimular o envolvimento da iniciativa privada.

Quem pode se beneficiar

O Propeixe é um programa orientado para atender a pequenos, médios e grande produtores

Os pequenos produtores, desde que organizados em cooperativas, podem ser assistidos por intermédio do Projeto São José, com o financiamento de gaiolas e viveiros comunitários. Eles terão apoio

do Governo na obtenção de alevinos, de ração e de outros insumos, e também na comercialização.

Os médios produtores poderão receber financiamento do Banco do Nordeste do Brasil - BNB, tanto para a construção das instalações quanto para a aquisição de insumos e equipamentos. Eles serão apoiados pelo Governo na comercialização do pescado, dando, como contrapartida, apoio técnico a pequenos produtores.

Os grandes produtores podem recorrer a financiamentos do BNB e de outros bancos oficiais. Eles receberão assistência técnica para a produção, processamento e comercialização do produto.

Como participar

Primeiro passo: O Governo do Estado, por intermédio da Cedap, o DNOCS e empresas privadas produzem alevinos de alto desempenho, para distribuição entre os produtores.

Segundo passo: Os produtores - individualmente ou em associação inscrevem-se para participar do Programa, em qualquer um dos escritórios da Ematerce ou da Cedap, apresentando o seu projeto de produção.

Terceiro passo: Uma vez comprovada a viabilidade técnica e econômica do projeto, os pequenos produtores recebem o financiamento pelo Projeto São José (recursos do Governo do Estado e do Banco Mundial), e os médios e grandes produtores que tiverem seu cadastro aprovado pelo banco recebem o financiamento.

Quarto passo: O peixamento é feito pela Cedap e pela Ematerce, que passam a oferecer assistência técnica aos produtores. Ao mesmo tempo, os produtores receberão cursos de curta duração, oferecidos por estas duas instituições, com apoio do DNOCS.

Quinto passo: A Cedap apoia a comercialização do pescado, adquirindo uma parte da produção por meio de seus entrepostos na capital e no interior, bem como o armazenamento do produto. Nesse caso, em ação conjunta com o Nutec, órgão vinculado à Secretaria de Ciência e Tecnologia, e a Secretaria da Indústria e Comércio (SIC).

Sexto passo: O processo de industrialização do pescado recebe apoio da Secretaria da Indústria e Comércio.

Área de abrangência

O Propeixe terá suas ações concentradas prioritariamente nos vales irrigáveis. Serão contempladas as regiões do Baixo e Médio Jaguaribe, Acaraú, Curu/Paraipaba e Cariri.

Tipos de projetos financiáveis

O Programa prevê o financiamento de três tipos de projetos produtivos de piscicultura intensiva, que se diferenciam pela densidade de estocagem (2 a 5 peixes por metro quadrado de tanque). O financiamento previsto para cada unidade de piscicultura intensiva, de 1 hectare de tanques, varia de R\$ 10 mil a R\$ 17 mil.

No caso de financiamento a comunidades (Projeto São José), estas deverão participar com 10% do valor financiado, a título de contrapartida.

Para os médios e grandes produtores, o prazo de financiamento é de 8 anos, o prazo de carência é de 1 ano e os encargos financeiros são de 8% ao ano. A amortização do investimento acontece no prazo de 7 anos.

